

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – Campus Sorocaba

DGTH – Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades

**A sede de uma das maiores Paradas LGBT do mundo:
O Brasil é um destino seguro para LGBTs?**

THALITA DE MORAES VIEIRA

Sorocaba – SP

2021

THALITA DE MORAES VIEIRA

**A sede de uma das maiores Paradas LGBT do mundo:
O Brasil é um destino seguro para LGBTs?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba.

Orientadora: Profa. Dra. Cassiana Panissa Gabrielli

Sorocaba – SP

2021

A sede de uma das maiores Paradas LGBT do mundo:
O Brasil é um destino seguro para LGBTs?

THALITA DE MORAES VIEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção do título de Bacharel em
Turismo pela Universidade Federal de São Carlos –
Campus Sorocaba.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientadora

Profa. Dra. Cassiana Panissa Gabrielli

Membro 1

Prof. Dr. Cesar Alves Ferragi

Membro 2

Profa. Dra. Telma Darn

Aos meus pais. Pelo carinho, amor, dedicação e cuidado que me deram durante toda a minha existência. Por sempre apoiarem todas as escolhas e caminhos que segui. Amo vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, às divindades e ao universo, por sempre me colocarem exatamente onde devo estar.

À minha noiva, Beatriz, por estar sempre ao meu lado e nunca me deixar desistir e por acreditar em mim, mesmo quando eu mesma não consegui.

Aos meus pais, por sempre me apoiarem, qualquer que fosse minha decisão e por me incentivarem com frases motivacionais como “E o TCC, Thalita?” e “Já se formou?”.

À minha avó, que se orgulhava e tinha fé em mim, e que ficaria muito feliz com essa conquista.

À minha melhor amiga, que me aguentou por meses e meses, e me ouviu reclamar praticamente todos os dias até terminar esse trabalho.

À todos os amigos que a UFSCar trouxe e que fizeram desta jornada mil vezes melhor e que estarão sempre em meu coração.

À todos os docentes e equipe administrativa da UFSCar, especialmente minha orientadora, Cassiana e secretária do curso, Gilselene, que me auxiliaram nesse processo.

E, finalmente, à todos aqueles que já sofreram agressões, violências ou perderam suas vidas para a intolerância e ódio. Resistiremos!

*Se recebo dor, te devolvo amor e
quanto mais dor recebo, mais
percebo que sou indestrutível.*

Pablo Vittar

RESUMO

O presente trabalho traz uma discussão teórica sobre a contradição observada de que o Brasil é a sede de um dos maiores eventos LGBT do mundo e, ao mesmo tempo, é um país com elevado índice de violência e um dos países mais perigosos para membros da comunidade LGBT. Esta pesquisa é relevante por abordar o grande potencial econômico do segmento do turismo LGBT, e também apontar o viés social da situação atual da comunidade no Brasil. A metodologia adotada foi a qualitativa descritiva, sendo realizado um levantamento teórico sobre a comunidade LGBT e o segmento do turismo LGBT, além do histórico sobre as Paradas do Orgulho LGBT e especificamente sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo. Foram analisados também dados referentes à violência contra a população LGBT. Através dessa pesquisa, foi proposta uma reflexão acerca da importância do incentivo ao turismo LGBT no Brasil e da criação de políticas públicas e iniciativas para melhorar a segurança de pessoas LGBT no país.

Palavras-chave: LGBT. Turismo LGBT. Violência. Parada do Orgulho LGBT.

ABSTRACT

The present study brings a theoretical discussion about the observed contradiction that Brazil is the host of one of the biggest LGBT events in the world and, at the same time, it is a country with a high level of violence and one of the most dangerous countries for members of the LGBT community. This research is relevant because it addresses the great economic potential of the LGBT tourism segment, in addition to pointing out the social bias of the current situation of the community in Brazil. The adopted methodology was the qualitative descriptive, and a theoretical research was carried out on the LGBT community and the segment of the LGBT tourism, besides the history on the LGBT Pride Parades and specifically on the LGBT Pride Parade of São Paulo. Data on violence against the LGBT population were also analyzed. Through this research, a reflection was proposed about the importance of encouraging LGBT tourism in Brazil and the creation of public policies and initiatives to improve the security of LGBT people in the country.

Keywords: LGBT. LGBT tourism. Violence. LGBT Pride Parade.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Pessoas LGBT Mortas no Brasil por ano
Imagem 2	Mortes de LGBT no Brasil 2017
Imagem 3	Mortes de LGBT no Brasil 2018
Imagem 4	Mortes violentas de LGBT+ no Brasil, 2000 - 2019
Imagem 5	Mapa Interativo - Spartacus Gay Travel Index

LISTA DE SIGLAS

ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos
ABIH-SP	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo
ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
ABTLGBT	Associação Brasileira de Turismo LGBT
AIDS	<i>Acquired Immunodeficiency Syndrome</i>
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APOGLBT	Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo
BSH	Brasil Sem Homofobia
CID	Código Internacional de Doenças
CNCD	Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
EUA	Estados Unidos da América
GGB	Grupo Gay da Bahia
GLBS	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
GLBTS	Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Simpatizantes
GLS	Gays, Lésbicas e Simpatizantes
GLTB	Gays, Lésbicas, Transgêneros e Bissexuais
HIV	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGLTA	<i>International Gay and Lesbian Travel Association</i>
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica
LBL	Liga Brasileira de Lésbicas
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis e Transexuais
LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travestis, Transexuais, Interssexuais e mais
LGBTQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transexuais, Queer e mais
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MHB	Movimento Homossexual Brasileiro
MMFDH	Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos
MTur	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
OTE	Observatório de Turismo e Eventos
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SPTuris	São Paulo Turismo
STF	Superior Tribunal Federal
TGEU	<i>Transgender Europe</i>
UFSCar	Universidade Federal do São Carlos
WTM	<i>World Trade Market</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	12
2. OBJETIVOS.....	14
2.1 Objetivo Geral	14
2.2 Objetivos Específicos	14
3. METODOLOGIA.....	14
4. REFERENCIAL TEÓRICO	16
4.1 Diversidade Sexual – Conceitos Básicos	16
4.1.1 Conceitos e Definições	16
4.1.2 A população LGBT	19
4.2 O Turismo LGBT e o perfil dos turistas	22
4.3 Paradas de Orgulho LGBT	30
4.3.1 Histórico do Movimento e das Paradas do Orgulho LGBT	31
4.3.2 A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo	38
4.4 Relação entre turismo e a Parada LGBT de São Paulo	41
4.5 Segurança e criminalidade	46
4.5.1 Histórico de preconceitos e violência	46
4.5.2 Segurança do LGBT no Brasil	50
5. DISCUSSÃO TEÓRICA	58
6. CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

De acordo com a Constituição Brasileira (1988), um dos principais objetivos da República é promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outra forma de discriminação. Porém, o Brasil (e o mundo) ainda não é formado por uma sociedade livre de preconceitos, ou que não discrimine as pessoas devido à sua cor, classe social, gênero, orientação sexual, ou outros fatores (BRASIL, 2017).

Nos últimos anos, houve alguns avanços com relação aos direitos da comunidade LGBT¹, porém o Brasil ainda é um país discriminatório e violento com lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e qualquer identidade ou orientação sexual que fuja do padrão heterocisnormativo² imposto pela sociedade. São reportados episódios praticamente diários de agressões e violência em todas as regiões do país, sendo essa a face mais visível da realidade cotidiana de preconceito que a comunidade LGBT encontra, em todas as esferas, seja nos espaços públicos, no mercado de trabalho, na escola, na rua e até mesmo dentro da própria casa e ciclo social (BRASIL, 2017).

Com a crescente globalização e propagação dos Direitos Humanos, muitos grupos marginalizados passaram a ganhar cada vez mais visibilidade e reconhecimento, através de reivindicações e movimentos sociais. O movimento LGBT tem ganhado destaque nos últimos anos e, no geral, vivencia momentos de avanços e conquistas de direitos civis e inclusão social.

Embora ainda não seja um segmento turístico oficializado pelo Ministério do Turismo (Mtur), o Turismo LGBT -como é conhecido popularmente- já se mostra como uma importante parcela dentro do turismo, sendo bastante consolidado em diversos países do mundo.

A Parada do Orgulho LGBT é uma das expressões mais evidentes de turismo LGBT, pois trata-se de um evento que promove um fluxo de pessoas e

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais: sigla oficial do movimento social que passou a vigorar após reformulação durante a I Conferência Nacional GLBT, realizada em 5 de maio de 2008. (FACCHINI & SIMÕES, 2009). Apesar de, hoje em dia, existirem diversas variações da sigla, que buscam uma forma de abranger a maior quantidade possível de identidades e orientações sexuais, para fins didáticos, será utilizada a sigla LGBT por todo o trabalho, sem que isso implique na exclusão de algum grupo que não esteja representado.

² Quando a heterossexualidade (relacionamento amoroso e sexual entre pessoas de gêneros diferentes) e a cisgeneridade (indivíduos que se identificam com o mesmo gênero de nascimento) são compulsoriamente impostas pela sociedade, sendo que qualquer desvio dessa norma é considerado errado.

movimentação de forma expressiva a economia local. As paradas LGBT são parte de um movimento que emerge nos Estados Unidos, na década de 70, em comemoração ao dia internacional do Orgulho LGBT (dia 28 de junho), fazendo referência às revoltas de *Stonewall*. (GORISCH, 2013)

A Parada LGBT de São Paulo teve início em 1997, contando com a participação de cerca de 2.000 pessoas. Em 1999, devido ao seu inesperado crescimento, foi criada a Associação da Parada do Orgulho GLBT³ e, a partir de então, com o decorrer dos anos, o evento começou a ganhar destaque devido às suas proporções. Já na terceira edição, 35 mil pessoas participaram do evento e no ano seguinte foram registrados 120 mil participantes. Em 2005, concentraram-se nas ruas por volta de 2 milhões de pessoas (CHIOCHETTA E AVENA, 2006).

A gerência de comunicação da São Paulo Turismo (SPTuris), em 2008, classificou a Parada do Orgulho como o segundo evento que mais gerou lucros para a cidade e o segundo evento que mais atraiu turistas ao município. Hoje, o Brasil é considerado sede de uma das maiores e mais famosas Paradas LGBT do mundo, registrando, em sua 23ª edição em 2019, 3 milhões de participantes, segundo os organizadores (ORTOLANO, 2013).

Apesar de muitos direitos já terem sido conquistados, diversos dados apontam que o Brasil não pode ser considerado um país seguro para a comunidade LGBT, levando em consideração estatísticas que revelam que o Brasil é um dos países que mais matam LGBTs no mundo, ficando em primeiro lugar em assassinatos de transexuais, segundo dados de 2016 da ONG *Transgender Europe* (TGEU).

Busca-se, com o presente trabalho, levantar uma discussão teórica acerca da contradição observada de que o Brasil, sendo sede de um dos maiores eventos LGBT do mundo, é hoje um país com um elevado índice de violência e um destino que não pode ser considerado seguro para esse público. Esta pesquisa é relevante, tanto no âmbito econômico como social, já que o turismo LGBT possui um incrível potencial econômico e, muito além disso, o Brasil é um país extremamente diverso, lar de pessoas únicas e singulares, de todo tipo de

³ Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (GUERRA, 2015, p.23).

cor, religião, etnia, orientação sexual e identidade de gênero e todos merecem o direito de viver de forma digna e igualitária, em todos os momentos, não somente quando há um interesse comercial envolvido.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral realizar uma discussão teórica acerca da contradição entre o fato de que o Brasil abriga uma das maiores e mais famosas Paradas LGBT do mundo enquanto é um dos países mais perigosos para a comunidade LGBT.

2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o histórico da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e sua importância junto ao movimento;
- Verificar o impacto da Parada LGBT de São Paulo junto ao *trade* turístico do município;
- Analisar dados referentes à criminalidade e violência contra pessoas LGBT no Brasil.

3. METODOLOGIA

Segundo Lakatos e Marconi

...o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista. (LAKATOS; MARCONI, 2003, p.83).

Dessa forma, a presente pesquisa pode ser caracterizada, quanto à abordagem do problema, como qualitativa e, quanto aos objetivos da pesquisa, como descritiva.

A metodologia descritiva tem como principal objetivo “descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (RAUPP; BEUREN, 2009, p. 81). Por esse motivo, esse projeto trata de uma pesquisa descritiva, pois tem como objetivo analisar e levantar uma discussão teórica acerca da contradição entre o fato de que o Brasil abriga uma das maiores e mais famosas Paradas LGBT do mundo e que trata-se de um dos países mais perigosos para a comunidade LGBT. A abordagem a

ser utilizada será qualitativa, pois trata-se de uma pesquisa centrada na compreensão e explicação desse fenômeno.

Como método para coleta de dados, serão realizadas pesquisas de dados de origem secundária, através de pesquisa bibliográfica em livros, artigos, revistas, periódicos, trabalhos de conclusão de curso e websites. A pesquisa bibliográfica trata do “[...] levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos” (FONSECA, 2002, p. 31), o que permite adquirir conhecimento sobre o que já foi estudado acerca de determinado assunto. Será realizada também pesquisa documental, através de fontes e materiais que ainda não receberam tratamento analítico, como documentos oficiais, fotografias, relatórios, reportagens, tabelas e gráficos estatísticos.

Para o cumprimento dos objetivos específicos:

- **Descrever o histórico da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e sua importância junto ao movimento;**

Será feita uma pesquisa acerca da Parada de Orgulho LGBT de São Paulo, a fim de contextualização. Será realizado um apanhado histórico sobre a Parada e sobre a importância do evento junto ao movimento LGBT.

- **Verificar o impacto da Parada LGBT de São Paulo junto ao trade turístico do município;**

Será feita uma análise dos dados das últimas edições da Parada, desde 2016, ano em que passou a integrar o calendário oficial de eventos de São Paulo, para identificar o impacto econômico causado pelo evento na cidade.

- **Analisar dados referentes à criminalidade e violência contra pessoas LGBT no Brasil.**

Será feito um levantamento, através de pesquisas bibliográficas e documentais, a respeito dos dados publicizados acerca da violência contra a comunidade LGBT no Brasil nos últimos anos, a partir de 2016.

Para o cumprimento do objetivo geral, a partir dos dados coletados nos objetivos específicos anteriores, será proposta uma discussão teórica sobre a contradição apontada, promovendo uma reflexão acerca desse cenário.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Diversidade Sexual – Conceitos Básicos

4.1.1 Conceitos e Definições

Para que seja possível ter um melhor entendimento acerca do tema apresentado, é importante se familiarizar com as siglas e definições que cercam essa realidade. Não é do interesse desse trabalho se estender sobre as discussões de gênero e sexualidade, porém é essencial ter um conhecimento básico sobre a diversidade sexual.

São muitos os conceitos que existem acerca da sexualidade, que foram largamente aceitos ou rejeitados no decorrer do tempo. De acordo com Prado e Machado (2008), “As homossexualidades estiveram presentes no mundo de formas tão distintas quanto à própria organização cultural e moral na história das sociedades.” (PRADO & MACHADO, 2008). Atualmente, são aceitos alguns conceitos e definições, que visam facilitar o entendimento sobre o tema.

A sexualidade humana é composta pela combinação de diversos fatores, sendo biológicos, psicológicos e sociais. São 3 elementos básicos que compõem a sexualidade: sexo biológico, orientação sexual e a identidade de gênero. A diversidade sexual é constituída nas várias formas de vivenciar e expressar a sexualidade, sendo percebida como um “conjunto de práticas e significados que, sem negar a biologia, estruturam identidade e definem relações de poder na sociedade.” (BRASIL, 2017)

O sexo biológico, como o próprio nome revela, é definido por características biológicas, sendo o conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais e capacidades de reprodução, além de características fisiológicas que determinam e diferenciam machos e fêmeas. Quando ocorre algum tipo de variação nessas características genéticas ou somáticas de uma pessoa, surge a intersexualidade (BRASIL, 2017).

A orientação sexual⁴ é relacionada à capacidade de cada pessoa desenvolver atração emocional, afetiva ou sexual e/ou ter relações íntimas e

⁴ Definição contida nos Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006, p. 7. Disponível em: <http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em: 24/03/2021

sexuais por um indivíduo de gênero diferente (heterossexual), do mesmo gênero (homossexual) ou de mais de um gênero (bissexual). Ainda é possível que um indivíduo não sinta atração sexual por nenhum gênero, constituindo a assexualidade (BRASIL, 2017).

A identidade de gênero é “a compreensão que uma pessoa tem de si, percebendo-se como sendo do gênero masculino, feminino ou ainda da combinação de ambos. Essa compreensão é incorporada à forma como ela se apresenta socialmente (nome, vestimentas, comportamento), independentemente do sexo biológico que ostente.” (BRASIL, 2017). O sexo é biológico, enquanto o gênero é uma construção social. Simone de Beauvoir diz que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, referindo-se ao fato de que “nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade [...]” (1967, p. 9).

Entretanto, a sociedade em geral ainda faz a associação entre gênero e sexo, baseando-se na anatomia biológica e não em sua psique. Considerando a afirmação de Beauvoir de que ninguém nasce mulher e sim torna-se mulher, pode-se concluir que ser mulher é um processo, uma construção, e não algo inerente ao indivíduo, assim como os demais gêneros. Butler (2015) também afirma que gênero, como um processo em construção, é mais que biologia e se determina por motivações sociais acima de qualquer coisa (BUTLER, 2015).

As discussões sobre o binarismo de gêneros são bastante antigas. Dias (2012) afirma que: “A identidade do indivíduo como pertencente a um ou a outro sexo é feita no momento do nascimento, segundo o aspecto da genitália externa.”. Ou seja, desde o momento que a criança nasce, a sociedade passa a caracterizá-la como “masculino” ou “feminino”, de acordo com o seu sexo morfológico, dividindo o mundo entre esses dois gêneros que foram culturalmente aceitos como “normais”. Na lógica cisnormativa, o único padrão de gênero socialmente aceito é aquele que corresponde ao sexo biológico dos indivíduos. Butler (2003) afirma que:

A coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exigem, assim uma heterossexualidade estável e oposicional. Essa heterossexualidade institucional exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das

Fica claro, nos dias de hoje, que a diversidade sexual existe e que muitos indivíduos não se encaixam na lógica heteronormativa e no binarismo sexual biológico que dominou a sociedade por tanto tempo. Bourdieu (2014) diz que: “a sexualidade, tal como a entendemos, é efetivamente uma invenção histórica, mas que se efetivou progressivamente à medida que se realizava o processo de diferenciação dos diversos campos e de suas lógicas específicas” (BOURDIEU, 2014, p. 144). Com isso, depreende-se que as características físicas dos indivíduos não determinam sua sexualidade ou identidade de gênero.

Hoje, considera-se basicamente 3 identidades⁵ de gênero principais: cisgênero (pessoa que possui uma identidade de gênero que corresponde ao sexo biológico), transgênero (pessoa que possui uma identidade de gênero diferente daquela que corresponde ao sexo biológico) e travesti (pessoa que vivencia papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como um terceiro gênero ou um não-gênero) (BRASIL, 2017). Nos Princípios de Yogyakarta, a palavra gênero refere-se à “experiência interna e individual, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento”. A identidade de gênero não é dependente da orientação sexual. Dessa forma, pessoas cisgêneras, transgêneras ou travestis podem ser homossexuais, heterossexuais, bissexuais, pansexuais etc.

Estudar e entender as questões de gênero é o passo inicial para entender a base dos movimentos LGBTs. Butler (2015), em suas discussões sobre gênero, sexo e desejo, afirma que é comum verificar que as características físicas, psíquicas e comportamentais dos indivíduos são analisadas através de normas de comportamento que são aceitas pela sociedade (padrões relacionados ao modo heterossexual e cisgênero de viver). Qualquer padrão que desvie desses padrões heteronormativos é considerado inválido. (BUTLER, 2015).

⁵ As discussões sobre sexualidade e identidade de gênero são vivas, fluidas e evoluem a cada dia. As definições apresentadas são para fins didáticos e, portanto, podem não acompanhar a diversidade sexual que existe realmente na sociedade.

A transexualidade, assim como a homossexualidade, destrói essa lógica sexista, preconceituosa e limitadora. As questões acerca da diversidade sexual e de gênero já foram protagonistas de profundas discussões e estudos ao longo da história, pois a sexualidade é diversa e fluida. São muitos os conceitos e definições que existem nos dias de hoje, em uma tentativa de identificar as mais diversas variações da sexualidade humana, porém é importante entender que nem toda identidade ou orientação sexual se encaixa nos rótulos existentes, já que a sexualidade é complexa e variada e que, independentemente de definições, todos merecem respeito e liberdade de serem quem são.

4.1.2 A população LGBT

Nas últimas décadas, a humanidade vem passando por diversas mudanças e avanços na propagação dos Direitos Humanos. Muitos grupos que foram historicamente silenciados começaram a adquirir certa visibilidade e reconhecimento social, através de reivindicações e movimentos. Nas últimas três décadas, a população LGBT vem conquistando mais aceitação e espaço na comunidade, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido (DO NASCIMENTO; SANCHES, 2009).

De acordo com a Revista Brasileira de Sexualidade Humana, “A atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo sempre existiu ao longo da história da humanidade, nas mais diferentes sociedades e culturas e nem sempre foi considerada algo indesejável ou doentio.” (TONIETTE, 2006). Foram descobertos indícios de que a homossexualidade é presente desde a pré-história⁶, porém Mott (2003), Simões e Facchini (2009) afirmam que o termo “homossexual” surgiu pela primeira vez somente em 1869, utilizado pelo jornalista e memorialista húngaro Karl-Maria Benkert. O jornalista teria utilizado a expressão em folhetos, onde se manifestava contra a lei prussiana que punia a sodomia masculina. Para Foucault (2007), entretanto, a criação da palavra “homossexualidade”, utilizada em um sentido psicológico, psiquiátrico e médico, teria ocorrido em 1870, pelo médico psiquiatra e neurologista alemão Carl

⁶Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nuparq/news/cientistas-encontram-esqueleto-de-homem-pre-historico-homossexual-1>

Friedrich Otto Westphal em um artigo publicado neste ano. Foucault (2007) afirma que:

“A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O Sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (FOUCAULT, 2007, p. 42).

A expressão ainda é utilizada atualmente, perdendo o seu significado de patologia sexual (homossexualismo – *ismo*, sufixo de origem grega que carrega um significado pejorativo, de doença), e transformando-se em uma expressão que caracteriza um estilo de comportamento/preferência sexual, ou seja, homossexualidade (GUERRA; DA SILVA WIESINIESKI, 2018).

A sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), hoje aceita no mundo todo, surgiu com o passar do tempo, à medida que os estudos sobre sexualidade avançaram. A sigla que representa esse segmento passou por diversas mudanças nos últimos anos. Guerra (2015, p.23) faz um pequeno resumo acerca da evolução da sigla adotada atualmente:

... até os anos 2000 o termo comumente usado para denominar a comunidade homossexual como um todo era Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), mas por não contemplar as pessoas bissexuais, passou-se a utilizar a sigla Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes (GLBS). Logo após resolveu-se por Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Transgêneros (GLBT). Em seguida veio Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (GLBTT). Também teve Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes (GLBTS). Finalmente, na Primeira Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, realizada em Brasília em junho de 2008, cujo tema era Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, foi aprovada a sigla atual LGBT. (GUERRA, 2015, p.23).

Simões e Facchini (2009) apontam que essa conferência, inédita até então, foi um símbolo de que esse segmento estava começando a ser reconhecido pelo Governo. Além disso, o discurso do então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e dos Ministros durante essa conferência impactou favoravelmente na mídia e nas lideranças do movimento.

Essa última mudança, que definiu a sigla oficial LGBT, gerou um certo atrito e até mesmo a comunidade homossexual ficou dividida com a reorganização das letras, que colocou a letra “L”, representando as lésbicas, no

início da sigla. A justificativa seria dar maior visibilidade às mulheres, que são historicamente discriminadas em todas as esferas da sociedade. De acordo com Araújo e Malheiros (2013, p.112) “a luta política das mulheres se deu sempre em um ambiente desfavorável, marcado pela opressão machista e pelas relações históricas de desigualdade”. Alguns consideraram essa mudança desnecessária, alegando que serviria mais aos interesses feministas que das lésbicas.

Ainda há controvérsias quanto ao uso das siglas e termos e qual seria a melhor opção para atender a todos, porém as que são mais utilizadas e aceitas atualmente são LGBT (determinada na Conferência Nacional), GLS e *gay friendly*⁷. A sigla LGBT é utilizada para identificar todas as orientações sexuais e identidades de gênero em um contexto político, de luta pela igualdade de direitos e cidadania. GLS é uma sigla menos utilizada hoje em dia, porém que é adotada para identificar um público consumidor, que frequenta estabelecimentos destinados ao entretenimento não-heterossexual, como bares, boates e festas. O termo *gay friendly* é utilizado por empresas e instituições que identificam esses ambientes como “amigáveis à diversidade”, ou seja, que respeitam e aceitam a diversidade sexual dos consumidores e criam ambientes acolhedores e seguros para esse público (SERAFIM, 2017).

Estima-se que a população LGBT representa cerca de 10% da população do Brasil, o que equivale a aproximadamente 20,9 milhões de brasileiros⁸. Outros estudos internacionais também calculam que os indivíduos LGBT representam, em média, 10% da população total. A Universidade da Califórnia (UCLA) realizou uma pesquisa, em 2016, nas 13 maiores cidades dos Estados Unidos, revelando que 8,1% da população se declaram LGBT⁹. Na Holanda, um estudo realizado

⁷ “Amigável a gays”, “simpatizante LGBT”, termo utilizado para referir-se a lugares, empresas, estabelecimentos, instituições, políticas ou pessoas que oferecem um ambiente confortável e seguro para os membros da comunidade LGBT.

⁸ É importante destacar que a porcentagem de 10% é uma estimativa conservadora a respeito da quantidade de pessoas LGBT no Brasil, já que ainda não existem pesquisas oficiais que contabilizam esse número. BRASIL DE FATO. *10% dos brasileiros são LGBTI, mas estão sub-representados na política*. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/06/19/cerca-de-10-da-populacao-brasileira-pessoas-lgbti-sao-sub-representadas-na-politica/index.html>. Acesso em: 23/03/2021

⁹ Gates GJ. *Same-sex Couples and the Gay, Lesbian, Bisexual Population: New Estimates from the American Community Survey*. Los Angeles, USA: Universidade da Califórnia; 2019. Disponível

em: <http://www.lgbtdata.com/uploads/1/0/8/8/10884149/samesexcouplesandglbpopacs.pdf>. Acesso em: 23/03/2021

em 2009 pelo Instituto *Rutgers Nisso Groep* apontou que 10% dos homens e 11% das mulheres relataram sentir atração sexual por indivíduos do mesmo sexo¹⁰. Na Inglaterra, uma pesquisa de mercado da empresa *YouGov* estimou que 11% da população do país são LGBT, sendo que a porcentagem analisada entre os jovens de 18 a 24 anos é de 43%¹¹. Já na Itália, o *Istituto Nazionale di Statistica* relata que cerca de 6,7% da população se declarou LGBT¹².

Em síntese, a sexualidade humana se desenvolve rodeada por construções sociais, culturais e históricas. A heterossexualidade ainda é considerada por muitos como o natural, enquanto outras formas de sexualidade são tidas como antinaturais e anormais. A luta contra esses padrões é constante e perdura até os dias atuais e, embora o movimento LGBT tenha ganhado força nos últimos anos e muitos direitos já tenham sido conquistados por essa população, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

4.2 O Turismo LGBT e o perfil dos turistas

O Ministério do Turismo publicou, em 2008, a Lei Geral do Turismo n.11.771/08 que define o turismo como uma atividade realizada por pessoas físicas, durante suas viagens e estadias, e que ocasiona uma movimentação econômica e geração de trabalho, emprego, renda e receitas públicas. De acordo com essa definição, o turismo é um instrumento que pode ser utilizado para o desenvolvimento econômico e social e promove a diversidade cultural e a preservação da biodiversidade (BRASIL, 2008, p. 01).

Por tratar-se de um campo extenso e plural, o turismo foi organizado em diferentes segmentos. De acordo com o Ministério do Turismo (MTur), na publicação Marcos Conceituais (Brasil, 2006), a segmentação turística pode ser entendida como “uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento,

¹⁰ Bakke F, Graaf H de, Haas S de, Kedde H, Kruijer H, Wijzen C. Rapport Seksuele gezondheid in Nederland 2009. Utrecht: Rutgers Nisso Groep; 2019. Disponível em: https://fiom.nl/sites/default/files/files/RNG_rapport-seksuele-gezondheid-in-nederland-2009.pdf. Acesso em: 23/03/2021

¹¹ Dahlgreen W, Shakespeare A-E. London: YouGov; 2015. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/lifestyle/articles-reports/2015/08/16/half-young-not-heterosexual>. Acesso em: 23/03/2021

¹² ISTAT. *Discriminazioni in base al genere, all'orientamento sessuale e all'appartenenza etnica*. Roma: Istituto Nazionale di Statistica; 2011. Disponível em: <http://www.istat.it/it/archivio/30726>. Acesso em: 23/03/2021

gestão e mercado. Os segmentos turísticos podem ser estabelecidos a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda” (BRASIL, 2006, p. 03). A segmentação de mercado tem características bastante complexas e, muitas vezes, o que é ofertado pelo mercado como segmento turístico nem sempre é oficializado como um segmento por entidades oficiais.

Em 2006, o MTur definiu 12 segmentos turísticos como prioridade no desenvolvimento turístico brasileiro, sendo eles: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural e Turismo de Saúde (BRASIL, 2006).

O Turismo LGBT não aparece como um segmento oficializado pelo Ministério do Turismo. Entretanto, o Turismo Social abrange questões ligadas à pluralidade das condições humanas, à identidade, à raça, à renda e também incluindo as demandas que tratam a orientação sexual e identidade de gênero. Em um dos Manuais de Segmentação do MTur, “Turismo Social - Diálogos do Turismo: uma viagem de Inclusão”, de 2006, João Silvério Trevisan traz um capítulo completo sobre Turismo e Orientação Sexual, levantando questionamentos acerca da pluralidade do turismo, do público LGBT e sua história e a vocação viajeira dos homossexuais. Nesse mesmo sentido, Trigo (2009), afirma que:

“Sendo a liberdade sexual e o turismo de massa fenômenos igualmente recentes e frutos de possibilidades de vivência do prazer em campos cada vez mais amplos, é natural que existam conexões mais íntimas entre sexo, lazer, turismo e hospitalidade e entretenimento” (TRIGO, 2009, p. 142).

O Relatório das Tendências Atuais em Viagens LGBTQ+¹³, publicado pela Associação Internacional de Viagens Lésbicas e Gays (IGLTA¹⁴), aponta que o Turismo LGBT mudou significativamente no decorrer dos anos. Gabriella Chaudhri (2017) apresenta alguns dos momentos decisivos que impactaram a história desse segmento, como o lançamento do primeiro guia de turismo focado

¹³ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e mais.

¹⁴ Sigla em inglês de *International Gay and Lesbian Travel Association*.

em homens gays, nos anos 60, o *Damron Men`s Travel Guide*. Nos anos 70, a *HE Travel* ofereceu o primeiro *tour* destinado a esse público e marcou a origem das agências de viagens especializadas nesse nicho. Em 1985, a *RSVP Vacations* se tornou a pioneira em cruzeiros para gays e lésbicas (CHAUDHRI, 2017).

No Brasil, diversas matérias relacionadas ao Turismo LGBT já foram publicadas pelo MTur, como a reportagem *Turismo brasileiro contra homofobia*¹⁵, de 17 de maio de 2012. Esse texto faz referência ao Turismo LGBT como um segmento: “o MTur promove ações para a sensibilização e a diversidade da cadeia produtiva. Os números comprovam: o turismo LGBT está em alta.” (BRASIL, 2012). Nessa mesma publicação, um outro trecho escreve que: “no 6º Salão do Turismo, em 2011, o MTur desenvolveu importantes ações com relação ao tema. No evento, estiveram presentes 120 agentes de turismo que foram qualificados para atendimento ao público do turismo LGBT.” (BRASIL, 2012).

Nessa e em outras matérias disponíveis no website oficial do Ministério do Turismo, o órgão governamental confirma que considera a inclusão do segmento LGBT como um segmento oficial, porém até o momento, isso ainda não aconteceu. Essa segmentação e denominação já existe em uma perspectiva mercadológica, sendo adotada por agências de viagem, meios de hospedagem, empresas e estabelecimentos que constituem o *trade* turístico.

A IGLTA, organização que ocupa a posição de líder mundial referente ao Turismo LGBT, aponta o Turismo LGBT como um segmento que compreende a comercialização de produtos e serviços turísticos destinados ao público LGBT, ou seja, projetados para atender especificamente esse público. Os destinos ou empreendimentos que se intitulem “*gay friendly*” se posicionam a favor da demanda das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Travestis, utilizando estratégias que buscam proporcionar segurança, respeito e hospitalidade para essa população.

¹⁵ BRASIL (2012). Ministério do Turismo. Turismo brasileiro contra a homofobia. Disponível em: <<http://antigo.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/4198-turismo-contra-a-homofobia.html>>. Acesso em 23 mar. 2021.

Atualmente se define como um mercado GLS ou *Gay Friendly*, toda atividade econômica, estabelecimento ou destino que oferece seus serviços e produtos com foco nos consumidores homossexuais e que tratam com naturalidade e respeito as diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Esses serviços costumam ser procurados por pessoas LGBT que já participam da comunidade, ou seja, pessoas que aceitam sua sexualidade, além dos simpatizantes da sigla, ou seja, pessoas que são próximas dos homossexuais. (REINAUDO; BACELLAR, 2008, p. 72).

Reinaudo e Bacellar (2008) apontam que esse segmento é diferente dos demais, pois não é “simples de mensurar, e seu tamanho e potencial dependem da atitude dos homossexuais e da sociedade em relação a eles.” (REINAUDO; BACELLAR, 2008, p. 71). De acordo com esses autores, esse segmento não tem uma característica física explícita e, por isso, quando os homossexuais não aceitam ou escondem sua orientação sexual, não podem ser considerados consumidores desse segmento.

O público LGBT, que possui um histórico de discriminações, violência e preconceitos na sociedade, inclusive nos dias atuais, vem adquirindo, aos poucos, direitos sociais até então negados, como casamento civil, união estável, direito à adoção de filhos/as, leis contra violência, etc. Com isso, essa população ganha espaço em ambientes que, antigamente, não possuíam. Trevisan (2006), destaca que:

A tendência é que homossexuais abandonem os lugares mais inóspitos e agressivos, inclusive suas cidades de origem, para “procurar o seu lugar”, movidos pelo desejo de se libertar. Daí um certo pendor andarilho que pode ser associado à vivência homossexual em nossas sociedades. (TREVISAN, 2006, p. 144, destaques do autor)

Dessa forma, surgiu um novo perfil de público consumidor de viagens e começou a se observar uma preocupação mercadológica para atender esse público. Trata-se de um grupo heterogêneo, que possui necessidades variadas, mas que se assemelham de certa forma, por serem parte de uma população historicamente excluída da sociedade.

Nesse sentido, é possível encontrar diversas pesquisas que abordam as características desse novo perfil consumidor. Nascimento (2009) aponta que

esse segmento possui retornos financeiros acima do comum, já que, segundo ele, grande parte da população LGBT possui formação escolar e profissional mais avançada que o restante da população e, conseqüentemente, uma faixa de renda maior que a média brasileira. Também atentam para o fato de que, de modo geral, a população LGBT não é casada e não possui filhos, o que ocasionaria uma maior disponibilidade de tempo e dinheiro para realizar atividades de turismo e lazer¹⁶.

Entretanto, é importante observar que essas pesquisas tendem a reproduzir um certo estereótipo e entendem a população LGBT como um bloco singular e homogêneo, o que não representa, de forma identitária, os indivíduos pertencentes à comunidade. Ao encarar o turista LGBT somente como um consumidor e perpetuar essas concepções -muitas vezes errôneas- de que os homossexuais teriam maior poder aquisitivo, empresas são incentivadas a buscarem apenas o potencial retorno financeiro que esse público oferece, sem se preocupar com a inclusão social desses indivíduos.

Dessa ascensão do mercado LGBT, surgiu o conceito de *pink money*, “dinheiro rosa” em tradução livre, termo utilizado para caracterizar o consumo de produtos e serviços pela comunidade LGBT. O mercado em geral já se mostra interessado em captar essa fatia de consumidores que, até então, era desprezada pela sociedade. De acordo com Moresch, Martins e Craveiro (2011, p.3):

...o *pink money*, dinheiro advindo do mercado gay, tem chamado a atenção de empresas de diferentes segmentos. Além dos lugares comuns ao público homossexual, cada vez mais surgem novos negócios e atividades voltados ao público gay, incluindo lojas de roupa, editoras, companhias de seguro, restaurantes e até mesmo pet shop. (MORESCH, MARTINS E CRAVEIRO, 2011, p.3).

É relevante ressaltar a importância de analisar o público LGBT não somente da perspectiva mercadológica, mas também do ponto de vista social. O primeiro Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de

¹⁶ É utilizada a expressão DINK (Double Income No Kids, ou seja, rendimento duplo, sem filhos) para caracterizar esse perfil de consumidores LGBT. (NASCIMENTO; SANCHES, 2009)

LGBT¹⁷ foi lançado em 2009, um resultado da 1ª Conferência Nacional GLBT. O plano traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas para esse segmento. No que diz respeito ao turismo, o plano apresenta como estratégia “Garantir que as políticas relacionadas ao turismo LGBT tenham como preocupação a empregabilidade e a geração de oportunidades para a população LGBT.”, além de “Instituir ouvidorias voltadas para a população LGBT” em diversos setores, inclusive no turismo.

O primeiro Relatório Global de Turismo LGBT¹⁸ foi lançado em 2012, e teve como objetivo analisar o segmento LGBT no âmbito do turismo, a partir de uma perspectiva social, política e econômica. Esse exame, feito a partir de pesquisas, coleta de dados e análise de casos, apontou para uma relação entre as políticas de progresso adotadas por destinos que procuram trabalhar com o público LGBT e os benefícios econômicos para o setor.

Também em 2012, o Ministério do Turismo discutiu com governantes federais, o 2º Plano Nacional de Promoção e Cidadania dos Direitos Humanos de LGBT¹⁹ 2012-2015, que apresentou diversas propostas que visavam investigar o crescimento de projetos do ramo, para ter um melhor conhecimento do público e de eventos que auxiliem o Brasil a criar uma imagem de apoio à causa LGBT, para que se torne um dos destinos procurados por esse público. O Plano Nacional é lançado de dois em dois anos e visa combater a discriminação e problemas sociais enfrentados pela comunidade LGBT no Brasil.

Em 2016, O Ministério do Turismo junto com o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos LGBT e o Ministério da Justiça lançou a cartilha intitulada “Dicas para atender bem turistas LGBT”, uma ação prevista pelo Plano Nacional de Turismo, que pressupõe a formulação de políticas públicas afim de atender aos segmentos turísticos e aumentar o número de viagens de e para o Brasil (BRASIL, 2016). Essa iniciativa representa o primeiro passo que incentiva o respeito e bom atendimento às pessoas LGBT e,

17

Disponível

em:

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/39/LGBTI/Plano%20Nacional%20de%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Cidadania%20e%20Direitos%20Humanos%20LGBTI.pdf>

¹⁸ Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284414581>

¹⁹ Texto base disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/conferencias/texto-base-2a-conferencia-nacional-lgbt>

além de reforçar a visibilidade social desse segmento, corrompe noções equivocadas sobre essa população, possibilitando mudanças no senso comum que apresenta características discriminatórias, estereotipadas e violentas acerca dessa comunidade (CALVET, 2018).

Em 2017, a Organização Mundial do Turismo (OMT) uniu-se à Associação Internacional de Viagens Lésbicas e Gays (IGLTA) para apresentar o II Relatório Global de Turismo LGBT²⁰ (2017). Essa edição apresenta o diagnóstico do segmento na época, assim como as diretrizes globais para o seu desenvolvimento, buscando reforçar a sensibilização do setor com relação aos pequenos e grandes avanços referentes à conquista de direitos e cidadania dessa população em diferentes países. O Relatório ainda trata o tema de forma mais aprofundada, analisando o setor turístico como um todo, as tendências atuais do segmento e também o perfil dos viajantes LGBT. Esse documento concentra-se no público LGBT como consumidor de viagens, porém o relatório também aponta à realidade de violência existente em muitas nações, inclusive o Brasil, e salienta a importância de se atentar às situações de abuso e desrespeito extremamente comuns à essa população (CALVET, 2018).

O Turismo LGBT vem ganhando cada vez mais destaque no setor. Martins (2015) afirma que o público LGBT é responsável por movimentar cerca de 15% do faturamento do setor, além de representar 10% dos viajantes. O WTM (*World Trade Market*) em uma pesquisa realizada em 2018, aponta que o Turismo LGBT movimenta cerca de 218.7 bilhões de dólares por ano no mundo, sendo que somente o Brasil, o valor é de mais de 26 bilhões de dólares²¹. Uma pesquisa apresentada no Fórum de Turismo LGBT, organizado pela Associação Brasileira de Turismo LGBT (ABTLGBT) e pela revista ViaG, indica um crescimento de aproximadamente 11% no turismo LGBT, enquanto a indústria convencional aponta alta de apenas 3,5% (PANROTAS, 2017)²². Isso se dá devido a quantidade de hotéis, pousadas, *hostels*, restaurantes, bares e boates, além de

²⁰ Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/epdf/10.18111/9789284418619>

²¹ Disponível em: <https://hub.wtm.com/lgbt-travel-market-annual-spend-now-exceeds-usd218-billion/>

²² Disponível em: https://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/pesquisaseestatisticas/2017/06/turismo-lgbt-cresce-11-acima-da-media-da-industria_147192.html

outros estabelecimentos e atrativos turísticos que estão aderindo ao selo/público *gay friendly*, além do enorme potencial econômico que o público LGBT oferece.

O relatório realizado pela IGLTA em 2019 reforça essa tendência e afirma que: “O segmento de mercado LGBTQ+ está se tornando um dos maiores segmentos de marketing direcionado entre operadoras de turismo e hotéis. Houve um aumento significativo de produtos e serviços direcionados ao segmento de mercado LGBTQ+.”²³ (IGLTA, 2019).

Indo completamente contra essa tendência positiva de incentivo e desenvolvimento do turismo LGBT, em abril de 2019, o presidente Jair Bolsonaro -já conhecido por suas declarações preconceituosas e homofóbicas²⁴- reuniu a imprensa para um café da manhã e afirmou, durante o encontro, que o Brasil “não pode ser um país do mundo gay, de turismo gay” (G1, 2019). Em maio do mesmo ano, o governo publicou, no Diário Oficial da União, o decreto de aprovação do novo Plano Nacional de Turismo 2018-2022, que retira do texto o incentivo ao turismo LGBT, presente no plano original assinado durante o governo anterior. O Plano previa “sensibilizar o setor para a inclusão das pessoas idosas e do público LGBT no turismo” e, agora, faz menção somente aos idosos²⁵. O texto ainda afirmava que:

Essa visão traz, para além dos benefícios econômicos, benefícios sociais que se expressam tanto para os destinos como para os viajantes LGBT. O destino pode associar sua imagem à tolerância, inclusão e diversidade e o turista LGBT tem sua experiência melhorada em um ambiente amigável e preparado para recebê-lo livre de preconceito (BRASIL, 2018, p.131).

A retirada deste trecho do Plano Nacional e a infeliz fala do presidente significam um enorme retrocesso nas conquistas adquiridas até então, além de “sujar” a imagem do Brasil como um destino potencialmente LGBT *friendly*.

²³ Tradução livre do trecho do relatório: “*The LGBTQ+ market segment is becoming one of the largest targeted marketing segments among tour operators and hotels. There has been a significant increase of products and services targeting the LGBTQ+ market segment.*”

²⁴ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/06/politica/1538859277_033603.html

²⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9791.htm

4.3 Paradas de Orgulho LGBT

Os eventos constituem um segmento de extrema importância no mercado turístico, pois abrangem públicos com interesses diversos. O planejamento de eventos temáticos de grande porte, de qualquer espécie, exige o trabalho em conjunto do setor público, da iniciativa privada e do público-alvo para que seja bem sucedido. De acordo com Britto e Fontes (2002, p.20), “Muito mais que um acontecimento de sucesso [...], o evento é a soma de esforços e ações planejadas com o objetivo de alcançar resultados definidos junto ao seu público-alvo”. No contexto do turismo de experiência, que propõe a participação ativa do turista e visa estimular os sentidos e proporcionar envolvimento emocional (PANOSSO NETTO & GAETA, 2010), a realização de eventos pode ser a peça-chave que une essas características.

As diversas identidades sexuais trazidas pelo movimento LGBT possibilitaram novas tendências de consumo, produtos e serviços destinados à comunidade. Atualmente, o turismo, lazer e a militância se unem em um evento que acontece no mundo todo: as Paradas do Orgulho LGBT, o expoente máximo do movimento, que traz visibilidade à diversidade cultural e sexual. Esses eventos reúnem milhões de pessoas nas ruas e avenidas de cidades no mundo todo. De acordo com um levantamento do website *ViajaBi*, são mais de 35 países que sediam Paradas do Orgulho LGBT²⁶, sendo as mais famosas as paradas de São Paulo – Brasil, São Francisco – Estados Unidos, Madrid – Espanha, Amsterdam – Holanda e Tel Aviv – Israel²⁷.

No Brasil, de acordo com o levantamento do *Guia Gay São Paulo*²⁸, foram contabilizados quase 300 eventos em 2019, realizados em mais de 250 cidades distribuídas por todo o território nacional, tornando-se um dos países que mais realizam esse evento no mundo. A Parada do Orgulho LGBT da cidade de São Paulo, que acontece desde 1997, na Avenida Paulista, é o maior evento dessa categoria no Brasil, espaço onde todos os indivíduos LGBT são livres para se expressarem, lutar por direitos e se divertirem.

²⁶ Disponível em: <https://viajabr.com.br/calendario-gay-internacional-eventos-lgbt-mundo/>

²⁷ Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/listas/as-6-paradas-lgbts-mais-famosas-do-mundo>

²⁸ Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/veja-calendario-nacional-de-paradas-lgbt-2019-no-brasil>

4.3.1 Histórico do Movimento e das Paradas do Orgulho LGBT

O movimento LGBT teve início no final dos anos 1960, em Nova York. Em 1968, mais de 500 pessoas foram presas por manter relações sexuais com pessoas do mesmo sexo anatômico (relações homossexuais) e aproximadamente 5.000 pessoas foram detidas por crimes relacionados à orientação sexual. A época foi marcada por acentuada repressão aos homossexuais, lésbicas, transexuais, transgêneros, ou qualquer identidade sexual que desviava do padrão heterossexual e a homossexualidade ainda era tratada como uma doença mental e como um ato ilícito na maioria dos países. (GORISCH, 2013). Devido à essa forte perseguição da população LGBT, os membros dessa comunidade passaram a buscar refúgio em locais guetificados²⁹ como, por exemplo, bares. Um dos principais pontos de encontro LGBT na época, era o bar *Stonewall*, localizado em Nova York.

Em 1969, ano de eleições municipais em Nova York, o presidente da ONG *Mattachine Society* fez uma solicitação ao prefeito e à polícia para afrouxar a perseguição contra a comunidade LGBT. Como uma forma de retaliação a esse pedido, a polícia de Nova York invadiu o bar *Stonewall* e deu voz de prisão a todos os presentes. Houve um grande tumulto e revolta por parte dos frequentadores do bar e também dos transeuntes que, testemunhando a atitude policial, se sensibilizaram e apoiaram a revolta, construindo barricadas que afugentaram os policiais. (GORISCH, 2013).

O confronto durou duas noites e foi quando os termos *Gay Pride* (Orgulho Gay) e *Gay Power* (Poder Gay) surgiram pela primeira vez. O episódio ficou globalmente conhecido como *Stonewall Uprising* e deu início ao movimento LGBT atual e às Paradas do Orgulho LGBT. Esse acontecimento foi um marco importante para o surgimento da militância LGBT, sendo nesse momento que a luta das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e demais integrantes da comunidade começa a ganhar força (FACCHINI e SIMÕES, 2009). Logo

²⁹ De acordo com Maffesoli (2014), comunidades que são historicamente ameaçadas tendem a construir refúgios onde possam reafirmar seus princípios entres seus iguais, podendo se comportar livremente. Dessa forma, esses indivíduos formam o que o autor define como *ghetto* (gueto).

depois, foi organizada a Primeira Parada Gay mundial, que reuniu cerca de duas mil pessoas (GORISCH, 2013).

O dia 28 de junho de 1969 ficou conhecido no mundo todo como o Dia do Orgulho Gay. Peret (2010) aponta que:

na madrugada de 28 de junho de 1969, o que teria sido mais uma batida policial de rotina, no bar Stonewall Inn, no bairro Greenwich Village, em Nova Iorque, tornou-se um espaço de conflito aberto e mostrou claramente a situação insustentável que a população LGBT enfrentava nos EUA, forçada a se manter escondida das vistas do público, com medo da prisão, dos espancamentos e demais abusos da autoridade policial, sem a possibilidade de defesa de quaisquer direitos civis. A partir dali, uma parte dessa população se organizou em grupos de militância, estabeleceu metas pela visibilidade pública e conscientização e participou de movimentos de emancipação, ao lado de feministas, antirracistas e pacifistas contrários às intervenções norte-americanas em outros países. Logo surgiram jornais especializados na questão dos direitos civis negados à população LGBT e, no primeiro aniversário dos confrontos de Stonewall, Nova Iorque e Los Angeles tiveram as primeiras Paradas do Orgulho. (PERET, 2010, p. 64).

O movimento em busca de direitos LGBT se organizou e tomou força em diversos países, com diferentes níveis de sucesso e concentrando-se em diferentes frentes, como o cuidado e prevenção da AIDS e HIV, questões relacionadas aos direitos das lésbicas e mulheres LGBT, além da luta pela integração social de travestis e pelo direito à cirurgia de redesignação de gênero (PERET, 2010). No Brasil, o movimento LGBT surge anos mais tarde do que nos EUA e Europa, ganhando mais visibilidade somente no final da década de 1970 (FACCHINI, 2003). Canabarro diz que (2013):

no Brasil, a luta por direitos humanos de sexo diversos surge mais tarde que na América do Norte ou Europa. Ao iniciar a década de 80, o país passa por uma reabertura democrática, com a ditadura perdendo a sua força. Pouco a pouco, os movimentos democráticos vão (re)aparecendo, surgindo nesse período vários grupos do denominado movimento Gay. (CANABARRO, 2013, p.2).

Facchini (2003) divide o movimento LGBT no Brasil em três “ondas”, para explicar seu surgimento e expansão. Segundo a autora, a primeira onda vai de 1978 a 1983:

...o primeiro momento, que chamarei de “primeira onda”, corresponde ao surgimento e expansão desse movimento durante o período de “abertura” política e foi registrado pela maior parte da bibliografia disponível sobre o tema. Nesse momento, as iniciativas estiveram bastante concentradas no

eixo Rio-São Paulo, eram fortemente marcadas por um caráter antiautoritário e comunitarista, pela relação com propostas de transformação para o conjunto da sociedade e foram tratadas pela bibliografia sobre movimentos sociais a partir do enquadramento entre os movimentos então chamados de “alternativos” ou “libertários”. Esse primeiro momento encerra-se nos últimos anos da primeira metade dos anos 1980, o que coincide com a retomada do regime democrático e o surgimento da AIDS, então chamada de “peste gay”. (FACCHINI, 2003, p. 84, aspas da autora).

De acordo com a autora, foi também nessa primeira onda que surgiu o Grupo Gay da Bahia (GGB), o primeiro grupo do movimento a se formalizar como uma ONG (Organização Não-Governamental) e assumir um importante protagonismo na busca pela despatologização³⁰ da homossexualidade (FACCHINI, 2005).

A AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome*) era considerada uma doença ligada à homossexualidade e a luta pela desvinculação dessa imagem à comunidade LGBT foi a batalha principal da chamada Segunda Onda do movimento, que compreende os anos de 1984 a 1992. De acordo com Facchini (2003):

A necessidade de desvinculação da imagem da homossexualidade de seus aspectos “marginais” passa a ser uma característica bastante presente nessa “segunda onda” do movimento. O processo de “redemocratização” na sociedade brasileira e a conseqüente desmobilização das propostas mais “antiautoritárias” de militância podem ser relacionadas a essa tendência à desvalorização dos aspectos “marginais” da homossexualidade e à necessidade de construção de uma imagem pública da homossexualidade, que deixa de incluir boa parte das vivências a ela relacionadas. (SIC). (FACCHINI, 2003, p. 102, aspas da autora).

Nesse período, o GGB inicia uma campanha nacional pela retirada da homossexualidade do Instituto Nacional de Assistência Médica (INAMPS), buscando a despatologização. Foi também nessa onda que surgiu a expressão “orientação sexual”, indo contra o termo até então utilizado, que sugere a sexualidade como uma escolha, uma opção.

O intervalo até o final da década de 1980 foi considerado crítico para a comunidade LGBT. Após essa época, Facchini (2005) aponta o início da Terceira Onda do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), que vai de 1992 até a

³⁰ Descaracterizar como doença; tirar o estigma de doença.

escrita do livro, 2005. Essa “fase” foi considerada pela autora como uma época de reflorescimento, não apenas pelo crescimento do número de grupos e organizações em prol dos direitos LGBT, mas também pela variação de modelos institucionais e propostas de atuação. Entretanto, a autora também aponta que:

por outro lado, nota-se também uma ampliação da rede de relações sociais do movimento e a presença de novos atores nesse “campo” do movimento, como, por exemplo, a mídia, segmentada ou não, as agências estatais ligadas aos temas justiça e saúde, parlamentares que incluem a bandeira dos direitos dos homossexuais em suas plataformas, o mercado especializado, organizações internacionais, grupos religiosos que se mostrem flexíveis ou especialmente voltados a questões ligadas à sexualidade ou homossexualidade etc. (FACCHINI, 2003, p. 112, aspas da autora).

É nesse momento que outras identidades, até então secundárias no movimento, como lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, ganham força e passam a ganhar mais visibilidade. Nesse período também se formam demais Organizações e Associações do movimento, como: a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), Rede Afro LGBT, entre outras (PEREIRA, 2016).

Segundo Facchini (2009), os homossexuais foram reconhecidos oficialmente no campo da promoção dos direitos humanos somente em 1996, com a elaboração do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Foi nesse ano também, que aconteceu um ato para reivindicar direitos às pessoas LGBT, na Praça Roosevelt, em São Paulo, que contou com cerca de 500 pessoas³¹. A partir desse evento, diversos grupos passaram a se reunir e organizar uma marcha anual na Avenida Paulista, o que deu início às Paradas do Orgulho LGBT no Brasil (embora, nessa época, o movimento ainda era conhecido como GLS). A primeira Parada do Orgulho LGBT do Brasil aconteceu no ano seguinte, 1997, em São Paulo.

Como aponta Facchini (2009), diversos movimentos se seguiram, como a criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD), em 2001 e, no ano seguinte, a elaboração do PNDH II, no qual são incluídas algumas ações

³¹ Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/pge47g/primeira-parada-lgbt-do-brasil>

direcionadas à comunidade. Nessa segunda edição, o documento mostra-se mais expressivo e inclusivo com a comunidade LGBT, reconhecendo a necessidade de ampliar os debates a respeito do tema, logo no prefácio: “...inserirmos, na pauta das políticas públicas, questões que até pouco tempo atrás eram consideradas tabus ou não recebiam a devida atenção, como a dos direitos dos homossexuais”. (BRASIL, 2002, p. 5).

A partir de 2003, há um novo impulso a caminho de fortalecer os direitos da população LGBT, com a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e com o início da elaboração do “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”, que foi lançado em 2004. O Programa Brasil Sem Homofobia se estruturou com o objetivo de “promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais” (BRASIL, 2004, p. 11).

A elaboração do PNDH-3, em 2009 (BRASIL 2010, p.13), evidencia um avanço significativo com relação às conquistas de direitos humanos pela comunidade LGBT. Começa-se a pensar nessa população de maneira mais integrada e, ao mesmo tempo, respeitando as diferenças entre os indivíduos. O documento menciona também a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, ocorrida em 2008, mais um marco na busca de direitos pela comunidade. De modo geral, o Plano destaca a necessidade de ações mais abrangentes, como direitos específicos para a população LGBT carcerária, ações para garantir a adoção de filhos por casais homoafetivos e para facilitar a união civil entre pessoas do mesmo gênero, além de políticas que visam um maior cuidado com a saúde de LGBTs, inclusive para transexuais que buscam a cirurgia de redesignação sexual (SERAFIM, 2017).

Simões e Facchini (2009) apontam a trajetória do movimento LGBT, evidenciando as mudanças e reconfigurações que o permeia:

As reivindicações do movimento LGBT tem ganhado maior visibilidade atualmente, a ponto de suscitar projetos de lei em todos os níveis do Legislativo, assim como a formação de Frentes Parlamentares em âmbito nacional e estadual. Suas estratégias se diversificaram de modo a incorporar a demanda

por direitos através do Judiciário, o esforço pelo controle social da formulação e implementação de políticas públicas, a produção de conhecimento em âmbito acadêmico, a formação de igrejas para homossexuais, setoriais em partidos políticos e, não menos importante, a construção de alternativas de política lúdica, como as próprias paradas e a organização de saraus, festivais, e mostras de arte, assim como a apropriação de manifestações já bem mais antigas na chamada “comunidade”, como concursos de Miss Gay ou Miss Trans (FACCHINI e SIMÕES, 2009, p. 18).

Em 2010, ocorre a instituição do Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT e Transexuais, composto por 30 membros representantes dos governos e da sociedade civil. O Conselho possui a finalidade de criar e estabelecer diretrizes para ações governamentais, visando o combate à discriminação da comunidade. Um outro grande marco ocorreu em 2010, quando o então presidente Luís Inácio Lula da Silva decretou o dia 17 de maio como o Dia Nacional de Combate à Homofobia. A data é reconhecida e celebrada internacionalmente, por ser o dia em que a homossexualidade foi retirada do Código Internacional de Doenças da OMS. Em fevereiro de 2011, o Disque 100 – canal de denúncia para segmentos vulneráveis vítimas de violência – passa a atender também a população LGBT (PEREIRA, 2016).

A 2ª Conferência Nacional LGBT aconteceu em 2011 e passou a ser chamada de Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (BRASIL, 2011). Além de construir novas diretrizes para as políticas públicas voltadas para a comunidade LGBT, a conferência promoveu o debate em busca de alternativas para o enfrentamento da homofobia, discriminação e preconceito sofrido pela população LGBT no Brasil (BRASIL, 2011, p.15). A Diretriz 5 do documento propõe o incentivo à realização das Paradas do Orgulho LGBT, apesar de ter um direcionamento mais mercadológico do que social, estimulando o evento pelo seu potencial econômico (BRASIL, 2011, p.126).

Em 05 de maio do mesmo ano, houve um avanço significativo em relação aos direitos conquistados pela comunidade LGBT no Brasil: o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu oficialmente a união estável (civil) entre casais do mesmo sexo. Maria Berenice Dias (2012, p.31) afirma que: “a partir desta decisão, nada mais, quer convicções de ordem subjetiva ou religiosa podem

servir de justificativa para o juiz deixar de atribuir efeitos jurídicos aos vínculos formados por pessoas do mesmo sexo.”

Ainda em 2011, ocorreu o lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT, construído por membros do Ministério da Saúde e ativistas. A Política Nacional foi aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde e tinha como objetivo diversas ações na área da saúde voltadas para a comunidade, inclusive abranger o foco de atenção do Estado para outras necessidades da saúde de LGBTs, além dos problemas relacionados ao HIV/AIDS. Logo depois, em 2012, o Governo Federal lança um balanço da violência contra LGBT (devido à pressão exercida pelo GGB, que já contabilizava a violência homofóbica por conta própria). Esse mapeamento foi essencial para identificar e criar políticas de enfrentamento à homofobia e violência (PEREIRA, 2016).

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, em maio de 2013, o casamento civil para casais homossexuais, bem como a obrigação dos cartórios a aceitar os pedidos de conversão de união estável em casamento civil. Tal conquista judicial foi um marco de grande importância para a comunidade LGBT, que começa a adquirir os mesmos direitos que a outra parte da população (GUERRA, 2015). Também em 2013, ocorreu o lançamento do Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência LGBT, que tem como objetivo construir e fortalecer uma rede de Políticas Públicas LGBT em todo o país, através da criação de Conselhos e Coordenadorias Estaduais e Municipais (PEREIRA, 2016).

Foi em 2014 que a Secretaria de Direitos Humanos instalou o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, a fim de aproximar os gestores da política LGBT de todo o Brasil e articular um pacto federativo, que visa atribuir responsabilidades e funções, tanto ao governo federal, quanto aos governos estaduais e municipais (PEREIRA, 2016).

Em 2016, cinco anos após a 2ª Conferência Nacional LGBT (BRASIL, 2011), ocorre a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que propões uma transversalidade das políticas LGBTs, a fim de seguir a perspectiva

intersetorial dos direitos humanos dessa população, que necessitam de uma melhor integração entre setores (BRASIL, 2016a).

Foi somente em 2018, que o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que os indivíduos transgêneros pudessem alterar – oficialmente e em cartório – os seus nomes e registros de sexo, sem a necessidade de cirurgia ou tratamentos invasivos. Assim, mesmo sem ação judicial, qualquer pessoa (trans ou travesti), tem o direito de fazer a alteração diretamente no cartório (VIEIRA, 2020).

A criminalização da LGBTfobia sempre foi uma das principais lutas da comunidade, em decorrência do número de assassinatos de pessoas LGBT no Brasil. Em 2019, o STF finalmente enquadrou a homofobia e a transfobia na lei de crimes de racismo. A decisão, apesar de não mudar o preconceito enraizado no país, permite uma maior conscientização dos direitos humanos, além de ser mais um passo em direção ao combate à violência contra pessoas LGBT. Uma das últimas conquistas da comunidade aconteceu em 2020, quando o STF declarou inconstitucionais as normas do Ministério da Saúde, que proibiam a doação de sangue por homens homossexuais (VIEIRA, 2020).

Esse breve resumo da trajetória da luta por direitos humanos pela comunidade LGBT teve como objetivo apontar os principais acontecimentos e conquistas da comunidade, sendo que alguns episódios não foram mencionados. É possível perceber que muito foi conquistado e que a comunidade já percorreu um longo caminho, apesar de ainda estarmos longe de um cenário de igualdade.

4.3.2 A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

A primeira Parada do Orgulho LGBT de São Paulo aconteceu em 1997 e reuniu cerca de dois mil manifestantes. O tema do movimento foi “Somos muitos, estamos em todas as profissões!” e tinha como objetivo principal lutar pelo reconhecimento das diferentes categorias sexuais e promover o avanço de políticas públicas para os membros da comunidade, ou seja, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e outros. A caminhada foi da Avenida Paulista

até a Praça Roosevelt, no centro da cidade (TOMAZZONI; FIORE; SOUZA, 2014).

De acordo com a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo (APOGLBT), a história das Paradas paulistanas pode ser dividida em três fases. A primeira fase tem seu início em 1997, com a realização da primeira parada, e vai até 1999, compreendendo os três primeiros eventos. A Associação aponta avanços de ações políticas do público LGBT e a manifestação apresentou uma ampliação considerável com relação ao número de participantes, crescendo de dois mil na primeira edição, sete mil³² na segunda, que teve como tema “Os direitos de gays, lésbicas e travestis são direitos humanos”, para 35 mil na terceira, cujo tema foi “Orgulho gay no Brasil, rumo ao ano 2000”. A primeira fase também é marcada pela criação da APOGLBT, acontecimento importante para a organização e consolidação do movimento (TOMAZZONI; FIORE; SOUZA, 2014).

O segundo período compreende os anos de 2000 a 2002, quando a discussão começa a se desenvolver e a causa passa a discutir questões ligadas à diversidade e respeito social. A parada de 2000 teve o tema “Celebrando o Orgulho de Viver a Diversidade”, a de 2001 “Abraçando a Diversidade” e a de 2002 “Educando para a Diversidade”. Nesse período, a proporção do evento aumentou ainda mais, de 120 mil para 500 mil participantes. Além disso, foi estabelecido o mês de junho como o Mês do Orgulho LGBT de São Paulo (TOMAZZONI; FIORE; SOUZA, 2014).

De acordo com a APOGLBT, o terceiro período do movimento se iniciou em 2003 (evento com tema “Construindo Políticas Homossexuais”) e compreende até os dias atuais. Nesse período, o evento passou a ser mais reconhecido e prestigiado, tanto pela população da cidade de São Paulo, como do Brasil. “A Parada passou a refletir as demandas da comunidade como forma de pressão política para o reconhecimento e garantia efetivos de direitos humanos” (APOGLBT, 2003).

No ano de 2004, com a parada “Temos Família e Orgulho”, o *Guinness World Records*, um livro de recordes publicado anualmente, registrou a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo como a maior Parada LGBT do mundo,

³² Disponível em: <https://paradasp.wordpress.com/parada>

permanecendo com o título até 2007, com o número de 2,5 milhões de participantes (TOMAZZONI; FIORE; SOUZA, 2014). Nesse período, as paradas abrangeram diversos tópicos relevantes para o movimento, como a parada de 2005, com o tema “Parceria civil, já. Direitos iguais: Nem mais nem menos”, a de 2006 “Homofobia é Crime! Direitos Sexuais são Direitos Humanos” e a parada de 2007, com o tema “Por um mundo sem Racismo, Machismo e Homofobia”, quando atingiu seu ápice de público, registrando a presença de 3,5 milhões de participantes³³. Em 2008, porém, o *Guinness* decidiu que não seria possível considerar os possíveis dados devido à falta de informações confiáveis a respeito do tamanho da multidão e retirou a Parada de São Paulo dos livros. (FOLHA ONLINE, 2008).

A partir desse ano, as paradas passaram a discutir questões relacionadas ao combate à homofobia, sendo que a edição de 2008 teve como tema “Homofobia Mata! Por um Estado Laico de Fato”, a de 2009 “Sem Homofobia, Mais Cidadania – Pela Isonomia dos Direitos!”, a parada de 2010 “Vote Contra a Homofobia: Defenda a Cidadania!”, de 2011 “Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia!”, 2012 “Homofobia tem cura: educação e criminalização” e 2013 “Para o armário nunca mais – União e conscientização na luta contra a homofobia³⁴”.

A partir de 2014, as paradas passam a dar mais destaque a outros membros da comunidade, como lésbicas e transgêneros, além de abordar temas como religião e política. A Parada do Orgulho de 2014 marchou ao tema “País vencedor é país sem homolesbofobia: chega de mortes! Criminalização já!”, já a de 2015 teve como mote “Eu nasci assim, eu cresci assim, vou ser sempre assim: respeitem-me”. A Parada de 2016 teve como tema “Lei de Identidade de gênero, já! – Todas as pessoas juntas contra a Transfobia!”, em favor do segmento T (mulheres e homens transexuais e travestis). Foi nesse ano que a Parada do Orgulho LGBT passou a integrar o calendário oficial de eventos da cidade de São Paulo, um grande avanço no reconhecimento da importância econômica e social do evento (SÃO PAULO, 2016).

³³ Disponível em: <https://paradasp.wordpress.com/parada/>

³⁴ Disponível em: <https://paradasp.wordpress.com/parada/>

A Parada de 2017 teve o tema “Independente de nossas crenças, nenhuma religião é lei! Todas e todos por um Estado Laico” e a de 2018 “Poder para LGBTI+³⁵, Nosso Voto, Nossa Voz”. A 23ª edição da Parada do Orgulho LGBTI+ de São Paulo aconteceu no dia 23 de junho de 2019, com o tema “50 anos de *Stonewall* – nossas conquistas, nosso orgulho de ser LGBT+”³⁶. Ainda considerada a maior parada LGBT do mundo³⁷, o evento reuniu milhões de pessoas na Avenida Paulista

No ano atípico de 2020, devido à pandemia do Coronavírus que atingiu o mundo todo, a Parada do Orgulho LGBT aconteceu virtualmente e foi transmitida simultaneamente em 11 canais do Youtube, tendo mais de 8 horas de duração. Para 2020, o tema escolhido foi “Democracia”, sendo que o slogan do evento foi “Sejamos o pesadelo dos que querem roubar nossa Democracia”, em manifestação contra o governo de Bolsonaro, conhecido por suas declarações e atos homofóbicos³⁸. A transmissão da Parada Virtual também foi uma oportunidade para arrecadar recursos para ajudar pessoas LGBT que estão em situação de vulnerabilidade pelo projeto Rede Parada pela Solidariedade, que realiza a compra e distribuição de cestas básicas, kits de higiene e limpeza³⁹. A Parada de 2021 está prevista para acontecer em junho e está aberta a sugestões para escolha do slogan, que será relacionado ao tema HIV/AIDS, sendo a primeira vez que esse tema será o foco principal da marcha⁴⁰.

4.4 Relação entre turismo e a Parada LGBT de São Paulo

A Parada do Orgulho LGBT de São Paulo apresenta características que se relacionam diretamente com o setor turístico da cidade, tanto pelo apelo ao público e turistas do Brasil e mundo, como pela oportunidade de receita para os

³⁵ A sigla que designa a comunidade passou a ser escrita também como LGBTI+, sendo que o símbolo de mais (+) representa as muitas outras identidades de gênero e orientações sexuais.

³⁶ Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/parada-lgbt/parada-lgbti-relembre-a-historia-e-temas-anteriores>

³⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/24/parada-lgbt-reuniu-3-milhoes-na-paulista-segundo-organizacao-veja-o-que-deu-certo-e-o-que-deu-errado.ghtml>

³⁸ Disponível em: <https://saopaulosao.com.br/nossos-encontros/5029-edi%C3%A7%C3%A3o-2020-da-parada-orgulho-lgbt-ter%C3%A1-transmiss%C3%A3o-online-2.html#>

³⁹ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/06/09/1-parada-virtual-do-orgulho-lgbtqia-sera-transmitida-no-youtube-em-1406.htm?cmpid=copiaecola>

⁴⁰ Disponível em: <https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/parada-de-sp-pede-sugestoes-de-slogan-para-2021.-tema-e-hiv>

estabelecimentos (SÃO PAULO, 2016). A Parada é um evento que simboliza a luta do segmento LGBT pela liberdade de expressão e do livre exercício de orientação sexual e identidade de gênero. Dessa forma, trata-se de uma manifestação social e política, que reivindica o reconhecimento de direitos e inclusão social e desenvolvimento humano, através da aceitação e do sentimento de pertencimento (TOMAZZONI; FIORE e SOUZA, 2014). Trata-se de um dos maiores e mais importantes eventos da cidade de São Paulo.

A hotelaria do município é destinada, principalmente, às feiras e eventos corporativos e a ocupação deste setor reflete isso. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo (ABIH-SP), a média de ocupação dos hotéis da cidade durante os dias úteis é em média 74%, sendo que, aos finais de semana e feriados, essa ocupação reduz para cerca de 20%. Por esse motivo, os eventos são bastante relevantes para o setor, principalmente a Parada LGBT. Durante o evento, a ocupação dos hotéis próximos ao local alcança uma ocupação de cerca de 80%. Com a Parada do Orgulho LGBT, a cidade de São Paulo tornou-se um dos mais importantes destinos LGBT da América Latina (TOMAZZONI; FIORE e SOUZA, 2014).

De acordo com a São Paulo Turismo, “O movimento é tanto que os responsáveis pelo comércio costumam dizer que o momento se equipara a duas vezes o Natal” (2011, p.5). Segundo Andrade (2009), diversas pesquisas apontam que os turistas LGBT tendem a gastar principalmente em atividades culturais, de lazer, compras, hospedagem e alimentação, sendo que os turistas do evento consomem esses serviços durante a sua estadia na cidade (ANDRADE, 2009).

Reconhecendo esse potencial, muitos empresários da área passaram a investir em melhorias no atendimento das necessidades desse público, como por exemplo, realizando ações de marketing e criando atrações exclusivamente para o consumidor LGBT durante o evento. Tais iniciativas, além de propiciar maior lucro para os estabelecimentos, também geram impacto significativo na cadeia produtiva do turismo, aumentando em até 30% nas contratações de mão de obra para o período (TOMAZZONI; FIORE e SOUZA, 2014).

Segundo uma matéria da Folha de São Paulo de 2011, Elaine Patrícia Cruz, da Agência Brasil, afirma que a Parada LGBT é o maior megaevento da cidade de São Paulo, atraindo o maior número de turistas e público. O diretor de Ações

Estratégicas da SPTuris, Luiz Sales, confirma essa informação. Com relação à movimentação financeira e impacto econômico, a Parada estaria atrás somente de eventos como o Carnaval e a Fórmula 1 que, por serem eventos de maior duração, mantém o público por mais tempo na cidade, tornando-se mais lucrativos (TOMAZZONI; FIORE e SOUZA, 2014). Segundo pesquisas realizadas em 2013 pelo Observatório de Turismo e Eventos (OTE), foi identificado um mercado pulsante voltado ao segmento, com mais de 78 estabelecimentos focados no público LBGT⁴¹.

Simões e França (2013) apontam a importância e o destaque da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo:

A Parada de São Paulo, uma das maiores do mundo [...] conta com a participação de estabelecimentos comerciais destinados ao público gay: estes últimos ajudam a “puxar” os participantes, junto aos carros (em menor número) da militância. É um momento de especial importância para ambas as perspectivas, já que se reconhece a Parada como uma oportunidade para maximizar a visibilidade tanto das casas noturnas – destacando-as no “gueto” – como das reivindicações do movimento. O evento também é amplamente divulgado entre os estabelecimentos e a mídia segmentada, que promovem festas especiais no rastro da semana da Parada (SIMÕES e FRANÇA, 2013, p. 6).

Pode-se observar um crescimento significativo do evento com o decorrer dos anos. Em 2016, ano em que a parada passou a integrar o calendário oficial de eventos da cidade, foi realizada uma pesquisa, que demonstrou que o público é formado majoritariamente por brasileiros (96,4%), sendo mais da metade residentes na cidade de São Paulo (55,9%). A proporção de turistas se mostrou bastante significativa, sendo que 11,1% dos brasileiros entrevistados eram moradores de outros estados do Brasil (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e outros) e cerca de 3,6% dos entrevistados eram residentes de outros países (França, Estados Unidos, Espanha e outros) (SÃO PAULO, 2016).

A pesquisa deste ano também apontou que cerca de 42% do público que estava presente na Parada de 2015 retornou para a de 2016. A maioria do público demonstrou ter como motivação “Lutar por direitos LGBT” (20,9%) e “curtir o evento” (60,3%), indicando que a maior parte dos participantes unem a diversão à militância. Sobre o impacto econômico, ao analisar os dados e

⁴¹ Disponível em: http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/segmento_gls.pdf

resultados das edições anteriores, é possível observar que o gasto médio dos turistas na capital paulista cresceu cerca de 18%, passando de R\$1.272,00 em 2012 para R\$1.502,91 em 2016, levando em consideração despesas com hospedagem, alimentação, transporte e lazer, sendo que os turistas ficaram em média 3,3 dias na cidade e informaram realizar outras atividades turísticas, como visitar museus, teatros, parques e áreas verdes, ir a shows, passeios turísticos, casas noturnas e outros. Os participantes residentes da cidade de São Paulo gastaram, em média, R\$73,82 na Avenida Paulista durante o evento deste ano (SÃO PAULO, 2016).

A pesquisa realizada na Parada de 2017, com 1.104 entrevistados, apontou que 99% do público era de brasileiros, enquanto 0,8% era de residentes dos Estados Unidos e 0,1% de outros países. Também concluiu que 95,2% dos brasileiros entrevistados eram moradores do estado de São Paulo, 0,8% do Rio de Janeiro, 1,0% de Minas Gerais, 0,9% de Santa Catarina e 2,1% de outros estados. O impacto econômico também foi significativo: a pesquisa revelou que os turistas gastaram em média R\$1.112,17, considerando gastos com hospedagem, alimentação, transporte e lazer e mostrou também que os turistas realizaram outras atividades além de participar da Parada, como atividades culturais e de lazer. Já os participantes paulistanos gastaram cerca de R\$103,27 durante o evento (SÃO PAULO, 2017).

A pesquisa defende a afirmação de que o evento é um grande potencializador de negócios do segmento turístico, apontando que o gasto médio do turista durante o período de permanência na cidade em decorrência do evento é bastante representativo e está entre os maiores gastos de turistas em eventos deste porte na capital paulista. Além disso, demonstra que as atividades do turista na cidade não se restringem somente ao evento e que, embora aconteça em um único dia, as atividades desdobram-se em eventos menores, como festas privadas, entretenimento noturno, passeios e compras (SÃO PAULO, 2017). Não foram encontradas informações e dados a respeito da Parada de 2018, portanto a presente pesquisa irá desconsiderar esse evento.

A edição de 2019 apresentou dados ainda mais impressionantes no que diz respeito ao impacto econômico no turismo da cidade. Nesta edição, foram entrevistadas 1.215 pessoas. Dessa amostragem, 99,9% eram residentes do

Brasil e 0,1% do Chile. Dos brasileiros, 93,8% eram residentes do estado de São Paulo, sendo 6,2% residentes de outros estados, como Minas Gerais (1,6%), Rio de Janeiro (1%), Pará (0,6%), Pernambuco (0,5%), Santa Catarina (05%), Espírito Santo (0,3%) e outros estados (1,7%) (SÃO PAULO, 2019).

O gasto médio do turista durante o evento foi de R\$1.634,20, sendo que 7,4% afirmaram terem se hospedado em hotéis ou flats, além de realizarem outras atividades, como compras, shows, festas, bares, casas noturnas, passeios turísticos, parques e áreas verdes, museus, teatros e outros, destacando os atrativos MASP, Parque do Ibirapuera, Avenida Paulista e a Rua 25 de março. Já os paulistas gastaram em média R\$123,00 durante a Parada (SÃO PAULO, 2019).

De acordo com os dados e resultados da pesquisa realizada, considerando os gastos tanto dos residentes da cidade de São Paulo e região metropolitana (somente gastos durante o evento) e os gastos dos turistas, o Observatório de Turismo e Eventos calculou o impacto econômico gerado pela Parada do Orgulho LGBTQ+ de 2019 em mais de R\$400 milhões, confirmando o evento como um dos mais importantes da cidade de São Paulo, reunindo cerca de 3 milhões de pessoas (SÃO PAULO, 2019).

A Parada de 2020, por ter ocorrido de forma virtual, não teve o mesmo impacto econômico e turístico para a cidade de São Paulo que as edições anteriores e, portanto, não será discutida neste capítulo.

Dessa forma, a Parada do Orgulho LGBTQ de São Paulo é um evento de luta por direitos, mas que também gera impactos econômicos e sociais significativos, principalmente em relação ao *Trade* turístico da cidade, como hotéis, pousadas e flats, além de comércios, restaurantes e estabelecimentos culturais e de lazer. Ademais, o evento diversifica a oferta turística do município, que é voltada ao turismo de negócios, pois incentiva o público LGBTQ a visitar a cidade também em outras oportunidades -por criar a sensação e imaginário de um destino *gay friendly*- potencializando o turismo de São Paulo em outros períodos do ano. Além disso, trata-se de um movimento de grande visibilidade, que destaca a importância da militância e do orgulho LGBTQ, que não descansa na busca de direitos e respeito.

4.5 Segurança e criminalidade

4.5.1 Histórico de preconceitos e violência

Entende-se por preconceito um conjunto de ideias preconcebidas, ou seja, anteriores à própria experiência individual, a respeito de determinados assuntos, pessoas ou grupos. Essas ideias podem se manifestar tanto na esfera íntima do pensamento, como podem ser exteriorizadas em manifestações verbais, escritas ou até mesmo físicas (BRASIL, 2017). Rios (2009) define homofobia como o preconceito e discriminação perpetrados contra homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais.

O preconceito contra a comunidade LGBT normalmente tem sua base em crenças religiosas, desinformação e falta de sensibilidade humana, que não levam em consideração os processos internos e psicológicos que acontecem nos indivíduos durante a formação de sua identidade. É possível observar a adoção de um senso comum errôneo por parte de gestores públicos, políticos e profissionais de diversas áreas, além da população em geral, no que diz respeito à diversidade sexual, identidade de gênero e sexualidade. Por esse motivo, é possível observar uma falta de reconhecimento de direitos dos indivíduos que não se adequam ao padrão heteronormativo aceito mais amplamente pela sociedade (SERAFIM, 2017). Prado e Machado (2008) afirmam que:

Em nossa sociedade, a não-heterossexualidade foi gravemente condenada pelo discurso hegemônico, que, influenciado pelo discurso religioso e médico-científico, legitimou instituições e práticas sociais baseadas em um conjunto de valores heteronormativos, os quais levaram à discriminação negativa e à punição de diversos comportamentos sexuais, sob a acusação de crime, pecado ou doença. (PRADO; MACHADO, 2008, p.12).

O preconceito surge também, muitas vezes, da ignorância e desconhecimento do tema, o que leva a uma falsa percepção de que a homossexualidade é um comportamento errado, imoral e doentio que, inclusive, necessita de tratamento e cura. Nunan (2003) também aponta que a homossexualidade é, muitas vezes, atrelada à promiscuidade, pedofilia e imoralidade. Desses pensamentos e concepções, surge a homo/lesbofobia e, muitas vezes, a violência. Castells afirma:

Os movimentos lesbiano e gay não são simples movimentos em defesa do direito humano básico de escolher a quem e como

amar, São também expressões poderosas de identidade sexual e, portanto, de liberação. Esses movimentos desafiam algumas das estruturas milenares sobre as quais as sociedades foram historicamente construídas: repressão sexual e heterossexualidade compulsória. (CASTELLS, 2002, p. 256, apud GUERRA, 2015, p. 49).

A percepção da homossexualidade passou por diversas “fases” pela história. Inicialmente, na Grécia Antiga e em Roma, a homossexualidade era vista como uma espécie de “iniciação” da vida sexual para os jovens, algo aceito e visto como parte da identidade cultural da época. A partir da Idade Média, porém, isso passou a ser considerado pecaminoso (LINDENBERG, 2005).

Desde então, a homossexualidade foi, durante muito tempo, vista como algo sujo e imoral, principalmente pela igreja. O preconceito e a intolerância sempre foram incentivados pelas religiões que, em sua maioria, não são favoráveis ao *homossexualismo*, utilizando, muitas vezes, os livros sagrados como forma de justificar e incentivar preconceitos. Porém, a religião não foi a única responsável em proibir e punir a homossexualidade, os governos tiveram também um papel significativo nessa questão. De acordo com Oliveira (2002), “Em alguns países da Europa, principalmente na Inglaterra e na Alemanha, havia, já a partir do século CVI, leis anti-homossexuais” (OLIVEIRA, 2002, p. 20). A sodomia⁴² foi, por muito tempo, um crime passível de severas punições em países predominantemente cristãos e muçulmanos. “Até o século XVIII, era comum que homossexuais fossem presos e até mortos em fogueiras ou enforcados, inclusive aqui no Brasil” (REINAUDO; BACELAR, 2008, p.35).

A homossexualidade também já foi considerada doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo incluída no Código Internacional de Doenças (CID) (HOFFMANN, et al, 2018). No Brasil, a orientação sexual deixou de ser considerada doença pelo Conselho Federal de Psicologia ainda em 1985, mas foi somente em 1990 que ela foi retirada da lista internacional pela OMS, que declarou que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (BRASIL, 2017). Em termos judiciais, o assunto só entrou em discussão depois de muitos conflitos gerados em decorrência de casais

⁴² Conceito atrelado à homossexualidade, que inicialmente era utilizada para designar perversões sexuais, principalmente o sexo anal.

homossexuais que, em caso de falecimento de uma das partes, à outra era negado o direito de herança, mesmo tratando-se de um patrimônio conjunto (HOFFMANN, et al, 2018).

O século XX foi, segundo Reinaudo e Bacelar (2008), um período de extremos para as minorias sexuais, sendo que muitos países condenavam qualquer desvio da heteronormatividade como crime, pecado e doença. O autoritarismo e regimes fascistas foram especialmente cruéis com a comunidade e, durante muito tempo, existiam muitas iniciativas que patologizavam a homossexualidade, descrevendo-a como uma doença e, conseqüentemente, oferecendo uma cura, assumindo que qualquer desvio da heterossexualidade fosse uma prática anormal que deveria ser consertada. Muitos governos realizaram inclusive experiências de “correção”, através de procedimentos médicos, como lobotomia⁴³, castração, choques elétricos e outros tipos de terapia que prometiam a “cura” da homossexualidade. Segundo Gorisch (2013, p. 14), “os homossexuais eram tratados como psicopatas, promíscuos e doentes mentais.” (GORISCH, 2013, p. 14).

Foi somente em 1999 que o Conselho Federal de Psicologia do Brasil proibiu profissionais de atuarem em casos que procurassem qualquer tipo de “cura gay” (TOMAZZONI; FIORE; SOUZA, 2014). Entretanto, há não muito tempo, a “cura gay” voltou a ser motivo de polêmica, quando um “curso de cura gay”, ministrado por religiosos evangélicos, foi noticiado pelo Correio Braziliense (SUPOSTA..., 2015), o que gerou uma forte manifestação da sociedade contra esse projeto, que significa um forte retrocesso nas conquistas LGBT, em pleno século XXI. Diniz (2013) afirma que:

Cura gay foi o nome dado às iniciativas para patologizar a homossexualidade, isto é, para descrevê-la como doença. Falsamente se pressupõe que a heterossexualidade seria a única sexualidade saudável, para daí se classificar as outras formas de vivência como anormais. O destino dos desviantes seria a clínica gay. Uns poucos psicólogos solitários sustentaram haver tratamento psíquico para a homossexualidade e reclamam ser cerceados em sua liberdade profissional. Ora, não há liberdade profissional para práticas discriminatórias ou charlatanices [...] (DINIZ, 2013, p.17).

⁴³ Operação neurocirúrgica, que consiste em seccionar fibras nervosas no interior do cérebro.

Já houve significativos avanços em relação aos direitos e tolerância aos membros da comunidade LGBT, mesmo que ainda de forma resistente. O Brasil, apesar de ser um país laico, muitas vezes não consegue avançar muito na luta contra a homofobia, devido às bancadas políticas estarem repletas de partidos de natureza religiosa e políticos conservadores (GUERRA, 2015). Maria Berenice Dias (2004, p. 51, apud GUERRA, 2015, p. 9) diz que “A sociedade que se proclama defensora da igualdade é a mesma que ainda mantém uma posição discriminatória nas questões da sexualidade. Nítida é a rejeição à livre orientação sexual”. Ainda, de acordo com Arán e Corrêa: “o que foi concedido aos homossexuais foi uma espécie de liberdade negativa, tolerada, desde que invisível” (ARÁN & CORRÊA, 2004). Reinaudo e Bacelar (2008) apontam que, mesmo com muitos avanços na luta dos direitos LGBT, alguns países ainda possuem leis específicas de discriminação e punição severas a homossexuais, principalmente países islâmicos. (REINAUDO; BACELAR, 2008, p.37).

Hoje em dia, a heteronormatividade ainda é predominante na sociedade, o que desencadeia diversos movimentos e reações contrárias à homossexualidade, através de reprovação, descontentamento e até mesmo crimes e violência contra os membros da comunidade LGBT (MISKOLCI, 2009 apud TOMAZZONI et al, 2014). Nunan (2003) afirma que muitas pessoas possuem preconceito contra LGBTs por pensarem que essas pessoas possuem valores diferentes da cultura dominante e, assim, essa comunidade passa a sofrer preconceitos em diversos contextos sociais, como dentro do núcleo familiar, escolar ou de trabalho (NUNAN, 2003).

Rios (2009) traz o conceito de que existem duas vertentes distintas da homofobia, sendo a homofobia como uma aversão fóbica e a homofobia como heterossexismo. Na primeira, a homofobia é relacionada a um sentimento de rejeição ou aversão ao indivíduo homossexual ou à homossexualidade, sendo que:

[...] reações homofóbicas violentas provêm de sujeitos em grave conflito interno com suas próprias tendências homossexuais, resultantes da projeção de um sentimento insuportável de identificação inconsciente com a homossexualidade, donde a intolerância à homossexualidade (RIOS, 2009, p. 62).

A segunda interpretação mostra a homofobia como “[...] um sistema em que a heterossexualidade é institucionalizada como norma social, política, econômica e jurídica”, ou seja, os indivíduos que se encaixam no padrão heteronormativo possuem privilégios e se encontram na sociedade como “superiores”, enquanto os demais sofrem opressão e prejuízos e estão sujeitos à discriminação e preconceitos (RIOS, 2009, p.62). Como aponta Seffner (2011, p.43), essas pessoas “[...] são vistos em geral como identidades a corrigir, indivíduos a serem curados pela medicina ou pela intervenção da religião”.

Apesar dos grandes avanços já conquistados pela comunidade LGBT, é inegável que o Brasil ainda está longe de ser um país livre de preconceitos e violência. A homofobia, assim como outros preconceitos, é enraizada na sociedade e derrotá-la é uma luta constante e diária.

4.5.2 Segurança do LGBT no Brasil

Até mesmo em países que já possuem uma forte proteção legal para a comunidade LGBT, esses indivíduos ainda enfrentam preconceitos e discriminações em praticamente todos os ambientes sociais, como em casa, na escola, no trabalho e na rua, o que pode desencadear problemas na saúde mental e até mesmo na formação de relacionamentos. A intolerância motivada pela homofobia resulta nos mais diversos crimes, inclusive agressão verbal, física e assassinato (CALVET, 2018).

No Brasil, há uma grande dificuldade em mensurar e analisar a violência contra a comunidade LGBT e, conseqüentemente, de criar estratégias de combate a tal. Há um enorme déficit com relação aos dados censitários sobre a população LGBT e de informações atualizadas e precisas sobre a violência e crimes contra essa comunidade. Os dados oficiais sobre a violência contra LGBTs no Brasil são praticamente inexistentes, já que os dados públicos coletados através de pesquisas nacionais, sejam do sistema de saúde, sistema de justiça ou até mesmo o censo nacional realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), não abordam questões específicas para essa população. Há também uma enorme subnotificação dos dados de violência, em razão às diversas situações de violência que são registradas sem indicar sua natureza homofóbica e até mesmo em função do grande número de casos que

nem sequer são registrados ou noticiados (BULGARELLI; FONTGALAND, 2019).

Essa ausência de dados oficiais sobre a comunidade faz com que alguns grupos e coletivos do movimento comecem a realizar seus próprios levantamentos, como é o caso do Grupo Gay da Bahia (GGB), que coleta informações e divulga o Relatório Anual de Mortes Violentas de LGBT no Brasil há 40 anos (OLIVEIRA; MOTT, 2020).

Foi feito um levantamento da violência contra LGBTs no Brasil de 2016 até 2019. Para essa pesquisa, foram utilizados os Relatórios Anuais de Mortes Violentas de LGBT no Brasil, produzido pelo GGB e o *Spartacus Gay Travel Index*, um documento, atualizado todo ano, que tem como objetivo informar os viajantes LGBTs sobre os destinos mais atrativos e seguros para a comunidade. O guia analisa o cenário em 197 países e regiões desde 2012 e analisa a situação de cada país, contabilizando desenvolvimentos positivos e negativos, incluindo questões como direitos civis, casamento entre pessoas do mesmo sexo, leis anti-homofobia, paradas do orgulho gay e perseguições ou punições contra homossexuais. Foram analisados também os dados levantados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Em 2016, foram registradas 343 mortes de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis ou transsexuais, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017). De acordo com os dados do relatório do MMFDH, o número de denúncias de violências contra pessoas LGBT no Disque 100 foi 1.876. Já o número de denúncias de homicídios e de tentativas de homicídios no Brasil contra pessoas LGBT foi de 85 e 17, respectivamente. A base de dados do Disque 100 é produzida a partir das denúncias telefônicas efetuadas, por esse motivo, não há garantia de que os dados apresentados reflitam os números reais da violência contra a população LGBT. A probabilidade é que, na verdade, os números sejam bem maiores (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Em 2017, foram registradas 445 mortes de pessoas LGBT, um aumento de aproximadamente 30% com relação ao ano anterior (Imagem 1). De acordo com o Relatório do GGB (2017), “A cada 19 horas um LGBT morre de forma violenta vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes

contra as minorias sexuais.” Do número total de mortos vítimas de homofobia, foram 387 assassinatos e 58 suicídios⁴⁴, o número mais alto registrado pelo grupo desde o início da coleta e divulgação dessas estatísticas (GGB, 2017). O número de denúncias de violência contra pessoas LGBT, por outro lado, teve uma pequena queda, sendo registrado um total de 1.720 denúncias. Já o número de denúncias de homicídios e de tentativa de homicídios no Brasil em 2017 teve um aumento significativo, indo para 193 e 26, respectivamente (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019).

Imagem 1 – Pessoas LGBT Mortas no Brasil por ano



Fonte: GGB, Grupo Gay da Bahia, 2017

Observando a imagem divulgada pelo Grupo (Imagem 2), é possível verificar que o Estado de São Paulo foi o estado com o maior número de mortes documentadas no Brasil em 2017, além de ser também o estado com o maior

⁴⁴ A inclusão do número de suicídios na pesquisa justifica-se pelo fato de pesquisas internacionais revelarem que a taxa de suicídios de LGBTs, principalmente jovens, é significativamente mais alta do que de heterossexuais da mesma faixa etária. “jovens rejeitados por sua família por serem LGBT têm 8,4 vezes mais chances de tentarem suicídio” e “lésbicas, gays e bissexuais adolescentes têm até cinco vezes mais chances de se matarem do que seus colegas heterossexuais”. (Estudo: Prevalência de suicídio na população LGBT) (GGB, 2017).

número de denúncias⁴⁵ no Brasil em todos os anos da pesquisa. Entretanto, apesar de liderar o ranking em números totais, o estado apresenta o menor índice de mortes por milhão de habitantes (1,31), inferior, inclusive, à média nacional (2,47) (GGB, 2017).

Imagem 2 – Mortes de LGBT no Brasil 2017



Fonte: GGB, Grupo Gay da Bahia, 2017

De acordo com agências internacionais de direitos humanos, no Brasil, matam-se muito mais LGBTs do que nos 13 países do Oriente e África, onde há pena de morte contra os LGBT (GGB, 2017). Segundo o antropólogo Luiz Mott, criador do GGB e responsável pelo site “Quem a homotransfobia matou hoje⁴⁶”:

“tais números alarmantes são apenas a ponta de um iceberg de violência e sangue, pois não havendo estatísticas governamentais sobre crimes de ódio, tais mortes são sempre subnotificadas já que o banco de dados do GGB se baseia em notícias publicadas na mídia, internet e informações pessoais.” (GGB, 2017).

⁴⁵ Denúncias por lesão corporal, tentativa de homicídio e homicídio.

⁴⁶ <https://homofobiamata.wordpress.com/>

A causa da morte desses assassinatos revelam a mesma tendência dos anos anteriores, predominando o uso de armas de fogo (30,8%) e armas brancas perfuro-cortantes (25,2%). Além disso, destaca-se que a maioria das mortes ocorreram em vias públicas (56%). A violência atinge todas as cores, idades, classes sociais e profissões. É possível observar que a maioria das vítimas desse ano eram gays (43,6%), seguido por transsexuais (42,9%) (GGB, 2017). Segundo o Relatório Mundial da *Transgender Europe*⁴⁷, foram registrados um total de 325 assassinatos de transgêneros entre 2016-2017 em 71 países, sendo que mais da metade (52%) ocorreram no Brasil.

Uma estatística ainda mais alarmante: em menos de 25% desses homicídios o criminoso foi identificado e menos de 10% das ocorrências resultaram em abertura de processo e punição. A maioria dos crimes contra as minorias sexuais ocorrem sem testemunhas e, quando há testemunhas, estas se recusam a depor, devido ao mesmo preconceito que desencadeou o crime. Da mesma forma, muitos policiais, delegados e juízes ignoram tais ocorrências, negando sua conotação de crime de ódio sem justificativa plausível, indicando, mais uma vez, tendências homofóbicas (GGB, 2017).

Em 2018, 420 LGBTs morreram no Brasil vítimas de homofobia, sendo 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%), de acordo com o relatório apresentado pelo GGB. Com relação ao ano anterior, houve uma pequena redução nos números (6%). O Relatório evidencia que a maioria das vítimas são gays, tanto na taxa de homicídios, quanto suicídio, porém, em termos relativos, os transsexuais são os mais vulneráveis a mortes violentas. De acordo com a pesquisa, o total de mortos transsexuais (164), se referidas a 1 milhão⁴⁸ de pessoas trans existentes no Brasil, o risco de uma pessoa trans ser assassinada é 17 vezes maior do que uma pessoa homossexual (GGB, 2018).

Ainda, de acordo com uma pesquisa do Ministério da Saúde e com a revista científica *Pediatrics*, pessoas LGBT tem 6 vezes mais chances de cometer suicídio em comparação com heterossexuais, devido à homofobia e

⁴⁷ Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2017/>

⁴⁸ O IBGE não inclui questões referentes à identidade de gênero ou sexualidade no censo nacional, portanto, estima-se, que exista no Brasil cerca de 20 milhões de gays (10% da população), 12 milhões de lésbicas (6%) e 1 milhão de transsexuais (0,5%) estimativa referendada pelas próprias associações da categoria (GGB, 2018)

preconceito. Com relação ao suicídio de pessoas LGBT, houve um aumento de 42% em relação à 2017. Foram registradas mortes violentas de LGBTs em todos os estados do país, sendo que o estado que notificou o maior número de casos absolutos foi São Paulo, com 58 vítimas, como pode ser observado na Imagem 3. Apesar de apresentar o maior número absoluto, o estado ficou 24º lugar no índice de assassinatos LGBT por habitante (GGB, 2018).

Imagem 3 – Mortes de LGBT no Brasil 2018



Fonte: GGB, Grupo Gay da Bahia, 2018

O relatório aponta também para um aumento de ocorrências de homofobia, provocado pela última campanha eleitoral do presidente Jair Bolsonaro. Durante sua campanha, mais de uma dezena de indivíduos LGBT de diversas cidades brasileiras relataram nas redes sociais e na mídia que foram vítimas de insultos e agressões verbais e físicas de “seguidores” de Bolsonaro. Em outubro de 2018, um vídeo circulou nas redes sociais, onde era possível observar torcedores de futebol que cantavam no metrô de São Paulo “Ô bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar veado” (GGB, 2018).

Após o resultado das eleições, muitos casais LGBT decidiram antecipar a oficialização de casamentos e uniões estáveis, devido ao aumento da sensação

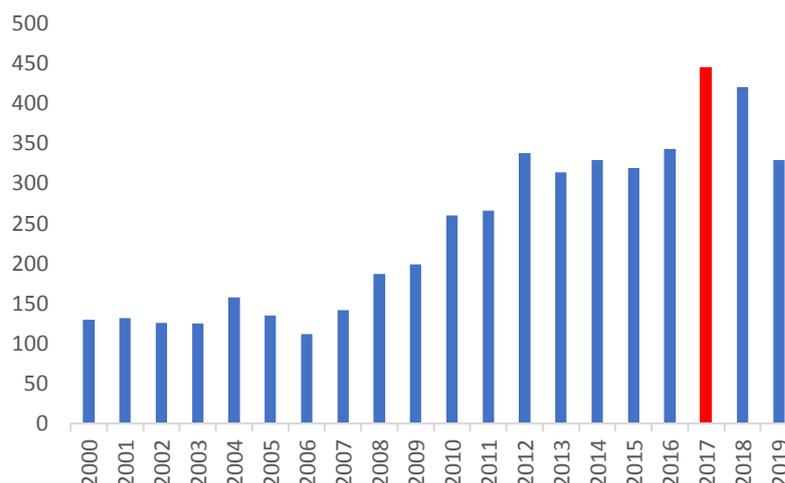
de medo e insegurança que tomou a comunidade. Além disso, muitos brasileiros LGBTs que residiam no exterior, postergaram sua volta ao Brasil, por receio do aumento da violência (GGB, 2018).

De acordo com o Relatório Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil, em 2019, foram 329 mortos vítimas de homofobia, sendo 297 homicídios (90,3%) e 32 suicídios (9,7%). Surpreendentemente, observou-se uma redução no número de mortes violentas de LGBTs no Brasil, de 22% em relação ao ano anterior. O relatório aponta para o fato de que essa redução não possui nenhuma explicação sociológica cabível (GGB, 2019). O professor Luiz Mott, fundador do GGB, afirma que:

“a explicação mais plausível para tal diminuição se deve ao persistente discurso homofóbico do Presidente da República e sobretudo às mensagens aterrorizantes dos “bolsominions” nas redes sociais no dia a dia, levando o segmento LGBT a se acautelar mais, evitando situações de risco de ser a próxima vítima, exatamente como ocorreu quando da epidemia da Aids e a adoção de sexo seguro por parte dessa mesma população.” (GGB, 2019).

Mesmo com essa redução dos últimos dois anos, é importante observar que as mortes de pessoas LGBT no Brasil cresceram de forma considerável nas últimas duas décadas, saltando de 130 homicídios (média em 2000), para 260 em 2010 e 398 nos últimos três anos (Imagem 4). Em uma comparação com os Estados Unidos, que possui 330 milhões de habitantes, foram mortos 28 transsexuais em 2018, sendo que, no Brasil, que possui 208 milhões de habitantes, foram 118 vítimas trans. Estima-se que, no Brasil, morre um LGBT a cada 16 horas entre 1963 e 2018, de acordo com relatório do Ministério dos Direitos Humanos. (PREITE SOBRINHO, 2020).

Imagem 4 – Mortes violentas de LGBT+ no Brasil, 2000 - 2019



Fonte: GGB, 2019.

Em 2019, São Paulo segue como sendo o estado que aparece em primeiro lugar no ranking de mortes, com 50 ocorrências (15,2%), sendo que a cidade de São Paulo aparece em 2º lugar das capitais mais violentas, com 11 casos registrados. O relatório aponta também para o fato de que tais estatísticas sofrem certa subnotificação, alegando que a mídia falha em noticiar a totalidade dos casos, seja por “ignorar” a identidade de gênero ou orientação sexual das vítimas, ou devido às grandes lacunas dos registros policiais, que dificultam a identificação de características de crimes de ódio, já que a violência e preconceito contra LGBTs não assume uma única forma (GGB, 2019).

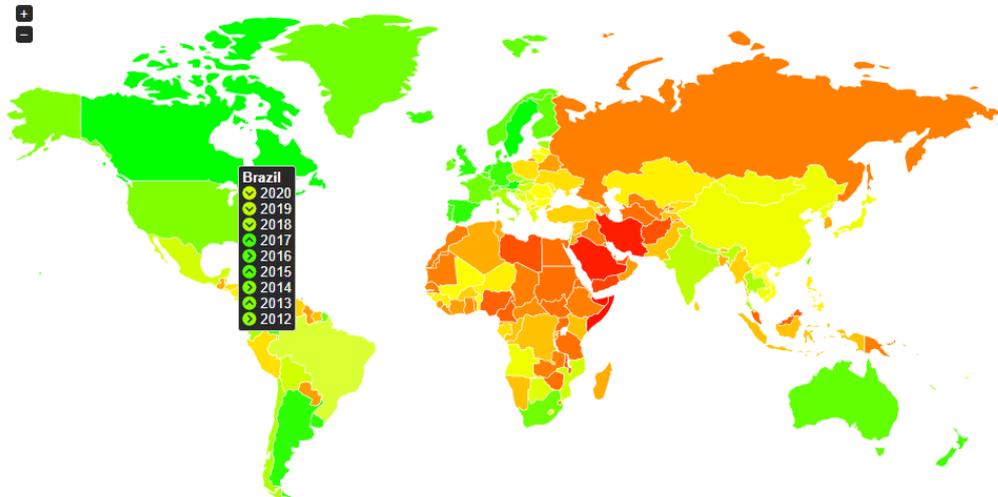
A pesquisa reforça essa dificuldade de apuração dos casos, revelando que foram localizados 158 casos com indícios de crime homofóbico, porém que foram descartados e não foram levados em consideração no relatório, devido à ausência de comprovação explícita sobre a orientação sexual ou identidade de gênero da vítima, ou por não se adequarem ao rigor metodológico do estudo (GGB, 2019).

De acordo com o *Spartacus Gay Travel Index*, em 2019, Portugal, Suécia e Canadá ficaram empatados como os melhores locais para visitantes LGBTs. Já o Brasil, por outro lado, caiu da 55ª para a 68ª colocação no ranking⁴⁹. Essa queda se deu devido à troca de governo, que passou para uma linha de extrema

⁴⁹ Disponível em: <https://spartacus.gayguide.travel/gaytravelindex-2019.pdf>

direita. Segundo o documento, a postura e comportamento de autoridades tem gerado um sentimento homofóbico, incentivando mais casos de violências homofóbicas. Como é possível observar na Imagem 5, o Brasil tem caído de posição no ranking nos últimos anos.

Imagem 5 – Mapa Interativo - Spartacus Gay Travel Index



Fonte: Spartacus Gay Travel Index, 2020

5. DISCUSSÃO TEÓRICA

Em maio de 2017, o Ministério do Turismo publicou em seu site uma matéria escrita por Rafael Leick, intitulada *Destinos Gay Friendly no Brasil* (BRASIL, 2017a). Rafael Leick é um blogueiro, criador de um blog voltado ao Turismo LGBT, chamado *Viaja Bi*, bastante conhecido por todo o país e pela comunidade. O autor fez uma análise sobre o Brasil, focando em seu potencial como destino *LGBT Friendly*. A reportagem mostra uma opinião pessoal do blogueiro, que afirma que o Brasil é, realmente, um destino “amigável aos homossexuais” e se mostra bastante otimista em relação ao assunto. Trata-se de uma visão mais mercadológica do tópico, com um tom bastante entusiasmado, porém que não necessariamente reflete a realidade do Brasil e dos destinos apontados pelo blogueiro.

É possível observar um grande interesse comercial pelo público de Turismo LGBT, que possui um enorme potencial econômico e movimenta cerca de 26 bilhões de dólares por ano, somente no Brasil. Apenas a Parada LGBT de São Paulo gera em torno de 400 milhões de reais por ano, sendo considerada

um dos maiores eventos da cidade e, ainda assim, grande parte do *Trade* turístico parece interessada somente no potencial do *Pink Money*, sem considerar os aspectos sociais do movimento e sem se preocupar com a inclusão social desses indivíduos. A Parada de São Paulo transformou a cidade em um dos principais destinos de turismo LGBT da América Latina, porém o Brasil parece não se consolidar realmente como um destino *Gay Friendly* e, ao contrário, aparece em listas e relatórios como o país mais perigoso para a comunidade, especialmente para transsexuais e transgêneros.

O Brasil, embora seja um país laico, apresenta uma grande dificuldade em avançar nas políticas de direitos LGBT e na luta contra a violência. As bancadas políticas religiosas representam um grande atraso nessas conquistas, além de influenciarem negativamente na percepção da população em relação à comunidade, utilizando livros sagrados para disseminar mensagens preconceituosas e atrasadas. Com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e seus discursos homofóbicos, muitos brasileiros vivenciaram (e ainda vivenciam) momentos de medo e preocupação, já que a opinião de um presidente da República possui muita influência na concepção da sociedade. O Brasil passa a ser visto como um destino ainda mais hostil, tanto pelo mundo, como pelos próprios residentes, que vivem com medo e receio pela sua segurança.

Apesar do tom entusiasmado do blogueiro Rafael Leick e de ser um desejo da comunidade de que essa situação fosse realmente verdadeira, é contraditório afirmar que o Brasil seja um destino *gay friendly*, quando estima-se que morre um LGBT a cada 16 horas no país. Fica evidente, através dos dados levantados nessa pesquisa, que há uma enorme contradição entre o fato de que o Brasil abriga uma das maiores e mais famosas Paradas do Orgulho LGBT do mundo e, ao mesmo tempo, é um dos países mais perigosos para a comunidade LGBT.

Enquanto a Parada LGBT de São Paulo atrai milhões de pessoas para a Avenida Paulista, centenas de LGBTs são assassinados e agredidos todos os dias no país. O Brasil vem passando por diversas transformações, na maioria das vezes positivas com relação à busca de Direitos Humanos para a comunidade LGBT. Entretanto, da mesma forma que se observa esse progresso

positivo, constata-se que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para tornar-se um local seguro e hospitaleiro para membros da comunidade.

Fica clara a falta de políticas públicas voltada à segurança de pessoas LGBTs e à fomentação desse nicho do turismo, sendo que o governo atual não dá a devida atenção às necessidades dessa comunidade, o que ocasiona uma perda para todos, não somente para a comunidade LGBT, mas a falta de incentivo e apoio se repercute também no mercado turístico, que deixa de explorar um nicho com enorme potencial. Além disso, fica evidente também a falta de responsabilidade social, tanto por parte do governo, quanto do setor privado. São cerca de 20,9 milhões de brasileiros que fazem parte da comunidade LGBT e, ainda assim, essa população é negligenciada e invisibilizada.

6. CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma discussão teórica sobre a contradição observada de que o Brasil é a sede de um dos maiores eventos LGBT do mundo e, ao mesmo tempo, é um país com elevado índice de violência e um dos países mais perigosos para membros da comunidade LGBT.

Para tal, foi feito um levantamento teórico sobre a comunidade e a população LGBT e sobre o segmento do turismo LGBT. Foi realizado também um histórico sobre as Paradas do Orgulho LGBT e especificamente sobre a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, analisando também o impacto do evento no *trade* turístico da cidade. Por meio desta pesquisa, constatou-se que a Parada de São Paulo é um dos maiores eventos da cidade, em termos de tamanho, estrutura e também impacto econômico.

Após, foram analisados dados referentes à violência contra a população LGBT, através de relatórios organizados pelo GGB e também dados da MMFDH e do *Spartacus Gay Travel Index*, além de outras fontes relevantes. Através desta investigação, foi possível observar que o Brasil possui uma alta taxa de violência e crimes contra LGBTs, sendo o país que mais mata pessoas transsexuais e transgêneros do mundo.

Esta pesquisa possui uma grande relevância, tanto no contexto comercial como social, já que o segmento do turismo LGBT possui um grande potencial

econômico, porém, muito além disso, o Brasil é um país diverso, lar de pessoas únicas e singulares, de todo tipo de cor, religião, etnia, orientação sexual e identidade de gênero e todos merecem o direito de viver de forma digna e igualitária, em todos os momentos, não somente quando há um interesse comercial envolvido.

Levando em consideração os dados da discussão, é crucial evidenciar a importância da criação de políticas públicas, leis e iniciativas que visem aumentar a segurança da população LGBT no Brasil, para que essa comunidade possa se sentir confiante e segura para conhecer os diferentes destinos turísticos do país, utilizar melhor os espaços públicos das cidades e se inserir cada vez mais na sociedade como um todo. É necessário que o governo, em parceria com as instituições e estabelecimentos privados, possam garantir um ambiente mais acolhedor, para que essas pessoas se sintam mais representadas e confortáveis em participar de outros eventos como esse, além de explorar cidades pelo Brasil todo, criando, assim, um destino realmente *LGBT friendly* o ano inteiro.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. F. (2009) **Turismo e desenvolvimento socioeconômico: realidade ou mito em um destino marajoara**. 124 f. Dissertação de Mestrado profissional em Turismo. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/4492>>. Acesso em 29 mar. 2021.

ARÁN, M.; CORRÊA, M. V. (2004). **Sexualidade e política na cultura contemporânea: o reconhecimento social e jurídico do casal homossexual**. Physis Revista Saúde Coletiva, 14 (2), 329-341. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312004000200008>. Acesso em 29 mar. 2021.

ARAÚJO, N. F.; MALHEIROS, D. (2013). A participação das mulheres na política institucionalizada do Distrito Federal: Um olhar sobre atuações e repercussões no turismo sustentável. **Revista Cenário**, Brasília, V.1, n.1, págs. 108-121. Disponível em: <<https://doi.org/10.26512/revistacenario.v1i1.15212>>. Acesso em 23 mar. 2021

ATLAS DA VIOLÊNCIA (2019). Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784>. Acesso em 30 mar. 2021.

BOURDIEU, P. (2014). **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: Best Seller.

BRASIL (1996). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 1.904, de 13 de Maio de 1996**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2002). Governo Federal. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. **PNDH-2**. Ministério da Justiça: Brasília, 2002. Disponível

em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/boas+praticas/dh/pndh>>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2004). Ministério da Saúde/Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2006). Ministério do Turismo. Segmentação do Turismo: marcos conceituais. **Brasília: Ministério do Turismo**, 2006. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2008). Ministério do Turismo. **Legislação – Lei Geral do Turismo n. 11.771/08**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2010). Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (**PNDH-3**) / Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Brasília: SEDH/PR, 2010. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/Documents/Issues/NHRA/ProgrammaNacionalDireitosHumanos2010.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021

BRASIL (2011). Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Conselho Nacional LGBT. **Anais da 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT**. "Por um país livre da pobreza e da discriminação: Promovendo a Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais". Brasília, 15 a 18 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/IIConferenciaNacionaldePoliticaseDireitosHumanosLGBT.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2016). Ministério do Turismo. **Dicas para atender bem turistas LGBT**. Mtur: 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de>>

conteudo-/copy_of_publicacoes/turismo-responsavel/cartilha-lgbt>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL (2016a). Presidência da República. **Relatório Final – 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/inc_social_lgbtt/Diversos_LGBTT/relatorio-final-3a-conferencia-nacional-lgbt-1.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

BRASIL (2017). Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e a Igualdade de Direitos para LGBTI: conceitos e legislação**. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Ministério Público do Estado do Ceará. Brasília: MPF, 2017, 84 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/midiateca/nossas_publicacoes/o-ministerio-publico-e-a-igualdade-de-direitos-para-lgbti-2017>. Acesso em 24 mar. 2021.

BRASIL (2017a). LEICK, Rafael. **Destinos Gay Friendly no Brasil**. In: Sítio eletrônico do Ministério do Turismo. Publicado em 17 de Maio de 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/destinos-gay-friendly-no-brasil>>. Acesso em 08 abr. 2021.

BRASIL (2018). Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo - 2018-2022: “Mais emprego e renda para o Brasil”**.

BRITTO, J.; FONTES, N. (2002). **Estratégias para eventos: uma ótica do marketing e do turismo**. São Paulo: Aleph.

BULGARELLI, L.; FONTGALAND, A. (2019). **Violência Contra LGBTs+ nos Contextos Eleitoral e Pós-Eleitoral**. Disponível em: <http://violencialgbt.com.br/dados/190321_relatorio_LGBT_V1.pdf>. Acesso em 30 mar. 2021.

BUTLER, J. (2003). **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BUTLER, J. (2015). **Problemas de Gênero**. 8ª edição. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CALVET, N. A. (2018). **A questão LGBT e o turismo: compromisso sociopolítico versus desenvolvimento da oferta**. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/21048>>. Acesso em 23 mar. 2021.

CANABARRO, R. (2013). História e Direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre cidadania. In: II Congresso Internacional de História Regional, 2013, Passo Fundo - RS. **Anais Eletrônicos do II Congresso Internacional de História Regional** (2013). Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

CHAUDHRI, G. (2017). **"6 ways the gay travel scene has changed over 6 decades."** Six Two. Disponível em: <<https://www.contiki.com/six-two/6-ways-the-gay-travel-scene-has-changed-over-6-decades/>>. Acesso em 23 mar. 2021.

CHIOCHETTA, A. S.; Avena, D. T. (2006). **Parada gay de São Paulo: evento de compromisso social ou uma grande festa na Avenida Paulista?** Caderno Virtual de Turismo, 6(2), 11-18. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/116/111>>. Acesso em 24 mar. 2021.

DIAS, M. B. (2012). **União homoafetiva: o preconceito & a justiça**. 5. ed. São Paulo: Revista dos tribunais.

DINIZ, D. (2013). Cura gay. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jun. 2013. Opinião, p. 17.

FACCHINI, R. (2003). **Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico**. São Paulo: Unicampi. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2510/1920>>. Acesso em 23 mar. 2021.

FACCHINI, R. (2005). **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACCHINI, R. (2009). "Entre compassos e descompassos: um olhar para o 'campo' e para a 'arena' do movimento LGBT brasileiro". **Bagoas: Revista de**

Estudos Gays, v. 3, n. 4, p. 131-158, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2300>>. Acesso em 23 mar. 2021.

FACCHINI, R.; SIMÕES, J. (2009). **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

FONSECA, J. J. S (2002). **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, p. 31. Disponível em:<<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>. Acesso em 24 mar. 2021.

FOUCAULT, M. (2007). **História da sexualidade: a vontade de saber**. 13. ed. São Paulo: Graal, v. 1. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em 24 mar. 2021.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA (2017). **Pessoas LGBT mortas no Brasil: Relatório 2017**. Bahia: Grupo Gay da Bahia. <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em 30 mar. 2021.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA (2018). **População LGBT morta no Brasil: Relatório 2018**. Bahia: Grupo Gay da Bahia. <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em 30 mar. 2021.

GGB – GRUPO GAY DA BAHIA (2019). **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2019**. Bahia: Grupo Gay da Bahia. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em 30 mar. 2021.

GORISCH, P. C. V. S. (2013). **O reconhecimento dos direitos LGBT como direitos humanos**. 101 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Santos. Disponível em: <<http://biblioteca.unisantos.br:8181/handle/tede/1564>>. Acesso em 24 mar. 2021.

GUERRA, A. R. D. T. (2015). **O turismo LGBT em Brasília: desafios do lazer e da hospitalidade**. 83 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) -

Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/18346>>. Acesso em 24 mar. 2021.

GUERRA, A. R. D. T.; DA SILVA WIESINIESKI, L. C. B.; BRASILEIRO, I. G (2018). Lazer e turismo LGBT em Brasília/DF sob a perspectiva da hospitalidade. **Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território**, v. 6, n. 11, p. 85-91. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7272364>>. Acesso em 24 mar. 2021.

HOFFMANN, C. et al (2018). Turismo Gay-Friendly: Segmento de Demanda Latente. **Rosa dos Ventos**, v. 10, n. 4, p. 798-813. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/5706>>. Acesso em 29 mar. 2021.

IGLTA (2019). **Current Trends in LGBTQ+ Travel**. Disponível em: <<http://www.traveligta.com>>. Acesso em 23 mar. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. (2003). **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. Disponível em: <<https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1239>>. Acesso em 24 mar. 2021.

LINDENBERG, C. F. F. (2005). **GLS: entenda as entendidas**. Rio de Janeiro: Gryphus.

MARTINS, L. (2015). **Turismo LGBT sai do armário**. Zero Hora, Porto Alegre, 24 set. 2015, p.34.

MORESCHI, G.; MARTINS, R.; CRAVEIRO, C. (2011). Pink Market: o marketing em crescimento. In: **Anais... XIII Congresso de Ciências na Região Centro-Oeste, Cuiabá, MT**. Disponível em: <<http://intercom.org.br/papers/regionais/centrooeste2011/resumos/R27-0241-1.pdf>>. Acesso em 23 mar. 2021.

MOTT, L. (2003). **Crônicas de um gay assumido**. Rio de Janeiro: Record.

NASCIMENTO, M. A. N.; SANCHES, T. C. (2009). Existem consumidores de turismo LGBT na região norte do Paraná? Quem são e o que consomem?. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 8, n. 2, p. 12-12. Disponível

em: <<https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/943>>. Acesso em 24 mar. 2021.

NUNAN, A (2003). **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai. Disponível em: <https://adriananunan.com.br/wp-content/uploads/2020/01/livro-homossexualidade-do-preconceito-aos-padroes-de-consumo_-_adriana_nunan.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

OLIVEIRA, L. A (2002). **Turismo para Gays e Lésbicas**: uma viagem reflexiva. São Paulo: Roca.

ORTOLANO, F. (2013). Turismo e Hospitalidade: um olhar para a juventude nas paradas do orgulho LGBT. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 2, n. 2. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97866/96666>>. Acesso em 24 mar. 2021.

PANOSSO NETTO, A.; GAETA, M. C. (2010). **Turismo de experiência**. São Paulo: Senac.

PEREIRA, C. F. (2016). Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307>>. Acesso em 23 mar. 2021.

PERET, L. E. N. (2010). Pegação, Cidadania e Violência: as Territorialidades do Imaginário da População LGBT do Rio de Janeiro. **Revista Contemporânea**. UERJ. Ed. 14, Vol. 8, Nº 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/contemporanea.2010.696>>. Acesso em 23 mar. 2021.

PRADO, M.; MACHADO, F. (2008). **Preconceito contra a homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez Editora. Disponível em: <https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_5-preconceito_contra_homossexualidades.pdf>. Acesso em 24 mar. 2021.

PREITE SOBRINHO, W. (2020). Brasil registra uma morte por homofobia a cada 16 horas, aponta relatório Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT do Ministério

dos Direitos Humano. **Notícias UOL**, [Online]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/20/brasil-matou-8-mil-lgbt-desde-1963-governo-dificulta-divulgacao-de-dados.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em 08 de abr. 2021.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Atlas, p.83. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320408002_COMO_ELABORAR_TRABALHOS_MONOGRAFICOS_EM_CONTABILIDADE_-_Teoria_e_Pratica>. Acesso em 24 mar. 2021.

REINAUDO, F.; BACELLAR, L. (2008). **O mercado gis: como obter sucesso com o segmento de maior potencial da atualidade**. São Paulo: Ideia&Ação.

RIPARDO, S. (2008). Parada Gay de São Paulo é excluída de lista de recordes do “Guinness”. **Folha de São Paulo**, São Paulo [Online], 29 de maio de 2008. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2905200817.htm>>. Acesso em 23 mar. 2021.

RIOS, R. R. (2009). Homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, p. 53-83.

SÃO PAULO (2016). São Paulo Turismo (SPTuris). **Pesquisa de Perfil de Público Parada Do Orgulho LGBT 2016**. São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/PARADA_LGBT_2016.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

SÃO PAULO (2017). São Paulo Turismo (SPTuris). **Pesquisa de Perfil de Público Parada Do Orgulho LGBT 2017**. São Paulo. Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/PARADA_LGBT_2017.pdf>. Acesso em 29 mar. 2021.

SÃO PAULO (2019). São Paulo Turismo (SPTuris). **Parada LGBT 2019**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.observatoriodoturismo.com.br/parada-lgbt-2019/>>. Acesso em 29 mar. 2021.

SEFFNER, F. (2011). Identidade de gênero, orientação sexual e vulnerabilidade social: pensando algumas situações brasileiras. In: VENTURI, G.; BOKANY, V. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. p. 39-50. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Diversidade-Sexual-Web.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2021.

SERAFIM, R. L. (2017). **Turismo LGBT: por outros olhares que vão além de uma visão econômica/mercadológica**. 2017. 75 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/19673>>. Acesso em 23 mar. 2021.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, I. L. (2005). Do gueto ao mercado. **Homossexualismo em São Paulo e outros escritos**, p. 309-336. Disponível em: <https://www.academia.edu/3200664/Do_gueto_ao_mercado>. Acesso em 29 mar. 2021.

SÃO PAULO TURISMO (2011). **Observatório de Tendências da São Paulo Turismo - LGBT 2011**. São Paulo Turismo. Disponível em: http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/RELATORIO_LGBT_2011.pdf. Acesso em 20 abr. 2021.

SUPOSTA “cura gay” provoca polêmica. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jan. 2015. Disponível em: <<https://www.correio braziliense.com.br/impresso/2015/01/2635425-suposta--cura-gay--provoca-polemica.html>>. Acesso em 29 mar. 2021.

TOMAZZONI, E. L.; FIORE, V. S.; SOUZA, A. N. (2014). A Parada do Orgulho Gay e suas contribuições para o desenvolvimento turístico, social e humano da cidade de São Paulo. **Turydes**, Malaga, v. 7, n. 17, p. 1-25. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/turydes/17/orgulho-gay.html>>. Acesso em 23 mar. 2021.

TONIETTE, M. A. (2006). Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade. **Revista brasileira de sexualidade humana**, v. 17, n. 1.

Disponível em:
<https://sbrash.emnuvens.com.br/revista_sbrash/article/view/443>. Acesso em 24 mar. 2021.

TRANSGENDER EUROPE. **International Trans Day of Remembrance 2016 Press Release**. Disponível em: <<https://tgeu.org/tdor-2016-press-release/>>. Acesso em 24 mar. 2021.

TREVISAN, J. S. (2006). Turismo e orientação sexual. In Ministério do Turismo do Brasil. **Turismo social. Diálogos do turismo: uma viagem de inclusão** (pp. 139-171). Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Disponível em:
<http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/dialogos_turismo_1.pdf>. Acesso em 23 mar. 2021.

TRIGO, L. (2009). Ascensão do prazer na sociedade atual: turismo GLS. In: NETTO, A. P.; ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Segmentação do mercado turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri: Manole, p.141-163.

VIEIRA, W. (2020). A luta nunca termina. **Revista Gama**, [Online], 28 de junho de 2020. Disponível em: <<https://gamarevista.com.br/semana/orgulho-de-que/linha-do-tempo-direitos-lgbt-no-brasil-e-no-mundo/>>. Acesso em 23 mar. 2021.

WAREHAM, J. (2020). Murdered, Suffocated And Burned Alive – 350 Transgender People Killed In 2020. **Forbes**, [Online], 11 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/jamiewareham/2020/11/11/350-transgender-people-have-been-murdered-in-2020-transgender-day-of-remembrance-list/?sh=c370af665a61>>. Acesso em 08 de abr. 2021.